DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

ISSN 2675-6676
R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXIV • Nº 7479 • SÃO PAULO, 18 A 20 DE SETEMBRO DE 2021 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Após fundo do poço, Monitor da FGV prevê alta do PIB de 0,6% em julho

O Monitor do PIB, apurado pela FGV, indicou avanço de 0,6% do PIB em julho ante junho. No trimestre móvel terminado em julho, o PIB cresceu 9,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, fortemente impactado pelo isolamento social decorrente da pandemia. "Em julho, primeiro mês do terceiro trimestre, a taxa de crescimento contra igual mês do ano anterior tem decrescido fortemente desde abril, quando foi observado o fundo do poço da recessão. Essas taxas de crescimento deverão continuar decrescentes, tendo em vista que a economia melhorou a partir de maio de 2020. Esses resultados estão influenciados pela recuperação de todas as atividades, exceto agropecuária. O mesmo ocorre para os componentes da demanda, excetuando-se exportação, em razão da forte desvalorização cambial", avaliou Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB-FGV, em nota oficial. Pág. 04

(Foto: EBC)

Aras alegou que não 'não foram apresentados (pela CPI da Covid) indícios de destruição ou ocultamento que afaste a presunção de guarda da documentação dos órgãos públicos'.

Aras barra buscas e apreensão da PF no Ministério sobre caso Covaxin

Sob o argumento de que não 'não foram apresentados (pela CPI da Covid) indícios de destruição ou ocultamento que afaste a presunção de guarda da documentação dos órgãos públicos', o procurador-geral da República Augusto Aras conseguiu barrar, ontem, 17, uma operação de buscas e apreensões no Ministério da Saúde pedida pela CPI, assim como feito em endereços da Precisa Medicamentos em São Paulo. Já com relação às ordens expedidas contra a Precisa, o PGR considerou que não seria 'razoável negar À CPI o fornecimento de documentos indispensáveis à elucidação de possíveis crimes. "Ponderando os interesses em conflito e sopesando a eficácia ou a utilidade da medida judicial há de ser deferida a busca e apreensão em desfavor da Precisa Medicamentos", escreveu Aras. Pág. 03

POLÍTICA

CONFIANÇA NAS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE

Sempre confia: 15%
Às vezes confia: 28%
Nunca confia: 57%
Não sabe: 1%

A pesquisa ouviu 3.667 pessoas entre os dias 13 e 15 de setembro. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%

FONTE Datafolha / Foto: Ebc
® INFOGRAFFO

Emprego no comércio paulista cresceu 0,87% em julho ante junho

Dados da Pesquisa do Emprego no Estado de São Paulo da FecomercioSP mostram que o setor registrou um saldo positivo de 23,5 mil vagas em julho, um avanço de 0,87% em relação a junho. Segundo a entidade, a alta de julho é a maior para o comércio desde novembro de 2020. Assim, o setor fechou o mês com 2,74 milhões de pessoas empregadas no estado. Pág. 04

Gol anuncia refinanciamento da dívida da GLA no valor de R$ 1,2 bi

Na última etapa de seu programa de liability management, a Gol concluiu o refinanciamento da dívida da unidade operacional GLA Linhas Aéreas S.A. no valor de R$ 1,2 bilhão, com vencimento final em 2024, segundo anunciou ontem, 17, a companhia. O programa utilizou ativos do balanço patrimonial da empresa para reduzir em R$ 2,1 bilhões a dívida de curto prazo no período de 12 meses terminado em junho. Pág. 04

Paes diz que Bolsonaro 'dialoga com a morte desde o início da pandemia'

(Foto: EBC)

O prefeito Eduardo Paes durante apresentação e dados epidemiológicos no Rio, ontem, 17.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), respondeu ontem, 17, às críticas do presidente Bolsonaro ao seu projeto que obriga os servidores do município a se vacinarem contra a covid-19, dizendo que "na cidade, "nós não dialogamos com a morte, como parece fazer o presidente da República permanentemente desde que a pandemia começou". Pág. 02

Endereços da Precisa Medicamento sofrem busca e apreensão pela PF

(Foto: Estadão)

A PF cumpriu na manhã de ontem, 17, mandados de busca e apreensão na sede da Precisa Medicamentos em São Paulo, após farmacêutica entrar na mira da CPI da Covid por intermediar a compra da vacina Covaxin.

A pedido da CPI da Covid e com autorização do ministro Dias Toffoli, do STF, a PF fez buscas e apreensões ontem, 17, na sede da Precisa Medicamentos, em Barueri (SP) e também em Itapevi, sede da empresa Luft Healthcare, onde são armazenados os produtos da Precisa. A operação envolveu o contrato fechado pela Precisa com o Ministério da Saúde para a venda superfaturada de 20 milhões de doses da vacina Covaxin a R$ 1,6 bilhão. Pág. 03

Moraes, Fachin e Weber votam contra decretos de armas; Kassio pede vista

Pedido de vista do ministro do STF Kassio Nunes Marques, aliado de Bolsonaro, suspendeu ontem, 17, a discussão sobre mais de dez ações contra decretos editados pelo chefe do Executivo para flexibilizar a compra, posse e porte de armas após o ministro Moraes devolver os autos e pautar o caso para o Plenário virtual do STF. O pedido de vistas interrompeu o julgamento logo após Moraes, Weber e Fachin votarem pela derrubada das normas. Pág. 03

Biden reúne líderes mundiais para debater mudança climática

Pág. 05

EUA: temos doses o suficiente de todas as 3 vacinas para reforço contra covid

Pág. 05

China solicita adesão a acordo com países da Ásia-Pacífico, após pacto dos EUA

Pág. 05

Indicadores de renda do brasileiro seguem piores que na pré-pandemia

Estudo do Ipea com base na Pnad Contínua, do IBGE, aponta que os indicadores de renda nos lares brasileiros continuam piores do que antes da pandemia. A proporção de famílias brasileiras na faixa 1, com rendimento médio habitual de R$ 886,34 por mês (inferior ao salário mínimo), aumentou de 25,9% no primeiro trimestre de 2021 para 27,9% neste segundo trimestre. Pág. 04

Renda do trabalhador caiu 6,6% no segundo trimestre deste ano

A renda habitual do trabalhador brasileiro caiu 6,6% no segundo trimestre de 2021 na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, segundo dados do Ipea divulgados ontem, 17. A Região Nordeste foi a que teve a renda mais afetada pela segunda onda da pandemia, com queda de 2,6% na renda efetiva no segundo trimestre deste ano. Na análise por gênero, o crescimento da renda efetiva das mulheres (1,4%) foi superior ao dos homens (0,48%), no mesmo período. Pág. 04

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.100,00
IPCA (IBGE) - mês	0,96%
IGP-M (FGV) - mês	0,78%
IPC (FIPE) - mês	1,02%
TR pré	0,0000%
Taxa básica financeira - TBF	0,4305%
Ibovespa (pontos)	120.700
Poupança (mês)	0,24%
CDB pré 30 dias - ano	5,09%
CDB pré 90 dias - ano	5,69%
CDI acumulado - mês	0,15%
CDI anualizado	5,15%
Dólar comercial	R$ 5,2560/R$ 5,2560
Dolar turismo	R$ 5,2370/R$ 5,4200
Euro turismo	R$ 6,1660/R$ 6,1680

POLÍTICA

ELEIÇÕES 2022

INTENÇÕES DE VOTO NO 1º TURNO

> Pesquisa espontânea

Candidato	%
Lula (PT)	27%
Jair Bolsonaro (sem partido)	20%
Ciro Gomes (PDT)	2%
Outros	3%
Em branco/nulo/nenhum	10%
Não sabe	38%

> Pesquisa estimulada

Candidato	%
Lula (PT)	44%
Jair Bolsonaro (sem partido)	26%
Ciro Gomes (PDT)	9%
João Doria (PSDB)	4%
Luiz Henrique Mandetta (DEM)	3%
Em branco/nulo/nenhum	11%
Não sabe	2%

INTENÇÃO DE VOTO NO 2º TURNO ENTRE LULA E BOLSONARO

Candidato	%
Lula (PT)	56%
Bolsonaro (sem partido)	31%
Em branco/nulo Nenhum	13%
Não sabe	1%

FONTE Datafolha ® INFOGRAFFO

Bolsonaro veta projeto de socorro a pequeno produtor rural afetado pela pandemia

(Foto: EBC)

O presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou integralmente projeto de lei que prevê medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar para mitigar os efeitos econômicos da pandemia de covid-19. Pelo projeto, que foi aprovado pelo Congresso no mês passado, a União teria de pagar um auxílio de R$ 2,5 mil por família para produtores em situação de pobreza e extrema pobreza.

O texto retomaria dispositivos vetados pelo governo em outro projeto de socorro a agricultores familiares aprovado em 2020, e, entre as medidas, permitiria a prorrogação de dívidas rurais até dezembro de 2022.

O veto de Bolsonaro está publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira.

Dentre as justificativas para rejeitar a matéria, o governo alegou que as medidas acarretariam em renúncia de receitas sem a apresentação da estimativa do impacto orçamentário e financeiro e das medidas compensatórias, violando regras constitucionais, fiscais e orçamentárias.

Em nota, a Secretaria-Geral da República reforçou que "a proposição legislativa foi objeto de veto para fins de atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, bem como para não incidir em sobreposição de ações com os programas "Alimenta Brasil" e de "Fomento às Atividades Produtivas Rurais", inclusive, em relação à distribuição de recursos orçamentários, os quais já atendem um número significativo de pessoas que são contempladas por tais benefícios de forma perene".

'Aliança' não deve sair do papel para 2022

Apoiadores do presidente Jair Bolsonaro montaram uma "força-tarefa" para coletar assinaturas, mas, ainda assim, o Aliança pelo Brasil não deve sair do papel até o ano que vem.

O próprio presidente já admitiu publicamente que já não conta com a criação do partido para disputar a reeleição, em 2022.

O empresário Luís Felipe Belmonte, segundo-vice-presidente da legenda idealizada por Bolsonaro, afirmou que o grupo deve conseguir reunir o número necessário de assinaturas até abril do ano que vem, mas dificilmente o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) conseguirá analisar e validá-las a tempo. Para disputar as eleições de 2022, o Aliança precisa coletar 492 mil assinaturas até abril do ano que vem. Desde novembro de 2019, quando a sigla foi anunciada, até hoje, o partido recolheu pouco mais de 130 mil apoios validados pelo TSE.

Os esforços para atrair apoiadores têm ocorrido em eventos bolsonaristas, como as manifestações pró-governo no 7 de Setembro.

Segundo Belmonte, a mobilização no Dia da Independência rendeu 100 mil assinaturas, que precisam ser analisadas pelo TSE. O empresário admitiu que Bolsonaro está afastado desse processo. "O presidente não está acompanhando a criação do Aliança. Não sei dizer os planos partidários dele."

'Não dialogamos com a morte, como parece fazer o presidente', diz Paes

(Foto: EBC)

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal.

Chamado de "projeto de ditador" pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, por obrigar os servidores do município a se vacinarem contra a covid-19, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), respondeu às críticas na manhã desta sexta-feira, 17, durante a divulgação do boletim epidemiológico semanal do Rio. Paes afirmou que, na cidade, "nós não dialogamos com a morte, como parece fazer o presidente da República permanentemente desde que a pandemia começou". No início da noite de quinta-feira, 16, Bolsonaro usou sua live semanal para criticar a prefeitura do Rio por exigir a vacinação contra a covid-19 de todos os servidores públicos municipais.

O presidente foi além e, mais uma vez, desdenhou da Coronavac, primeira vacina a ser aplicada no País e que tem seu uso liberado pela Anvisa desde o início do ano.

"O prefeito do Rio de Janeiro obrigando o servidor público a tomar vacina. Eduardo Paes, tomar Coronavac... tem alguma comprovação científica tomar Coronavac? Por que você faz isso? Que maldade é essa? São projetos de ditadores no Brasil. Um é o Eduardo Paes no Rio de Janeiro. E nós vimos muitos governadores fazendo coisas terríveis durante a pandemia, como toque de recolher, lockdown, confinamento, prisões e outras barbaridades", disse Bolsonaro, em trecho que Paes fez questão de exibir antes de iniciar sua coletiva de imprensa.

"O que tem nos movido aqui permanentemente é o amor à vida", afirmou o prefeito. "As decisões aqui se dão a partir de gestos de compaixão, de empatia com os cidadãos, com o que vêm passando a população do mundo, especialmente a população brasileira. O que me move aqui, e o que tem levado a minha ação permanente na busca de superar a pandemia, é a solidariedade com as muitas famílias enlutadas neste país. Eu não sei se o presidente da República tem capacidade de se sensibilizar com isso - quero crer que sim."

Paes acrescentou que, além do flagelo de quase 590 mil mortos no Brasil, a pandemia trouxe outras consequências. "Talvez o presidente da República não conheça esses dados, mas o Brasil é um país que tem um conjunto grande de municípios, principalmente pelo interior, nas áreas mais distantes do País, das grandes cidades... Parte da economia é sustentada pela aposentadoria, de aposentados que infelizmente perderam suas vidas. Então nós temos famílias enlutadas, como aliás é o caso da minha, mas também temos famílias que perderam as condições de sua sobrevivência", pontuou.

"A mensagem que eu mando ao presidente da República, sem politizar algo que na minha opinião não deve ser politizado, é que o que vai nos mover aqui é a paixão pela vida, é o respeito pelos servidores do Rio de Janeiro, é o respeito pelo cidadão carioca, aquele que compete a mim cuidar a partir da eleição do ano passado", sustentou o prefeito. "Nós não dialogaremos com a morte na cidade do Rio de Janeiro."

Depois, antes de anunciar que o Rio continuará vacinando adolescentes com mais de 12 anos, apesar de nota técnica contrária divulgada na quinta pelo ministério da Saúde - e a qual o secretário de Saúde do município, Daniel Soranz, afirmou que "falta com a verdade" em alguns de seus apontamentos - Eduardo Paes aproveitou para criticar as decisões do ministério tomadas a partir de ordens do presidente.

"(No Rio) o secretário Daniel Soranz jamais vai tomar uma decisão a partir de uma ligação matinal do prefeito da cidade achando alguma coisa sobre algo que ele desconhece completamente Desconheço eu, e certamente desconhece o presidente da República, que não tem formação nem especialização neste tema", declarou o prefeito.

CCJ da Câmara aprova admissibilidade da PEC dos Precatórios

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2021, conhecida como PEC dos Precatórios. Na sessão de quinta-feira (16) da comissão, os parlamentares aprovaram o texto de autoria do Poder Executivo que muda a forma de pagamento de precatórios por 32 votos favoráveis e 26 contrários.

Precatórios são dívidas do governo com credores, inclusive cidadãos, que ganharam causas na Justiça.

O texto da PEC prevê que, até 2029, os precatórios com valor acima de 60 mil salários mínimos, ou R$ 66 milhões, poderão ser quitados com entrada de 15% e nove parcelas anuais.

A CCJ analisou apenas os aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa do texto. Com a aprovação na comissão, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) poderá constituir uma comissão especial para analisar o mérito da proposta.

Para a aprovação de uma PEC é necessário votação em dois turnos com, pelo menos, 308 votos favoráveis na Câmara e 49 no Senado.

A votação PEC dos Precatórios, único item analisado na sessão desta quinta-feira na CCJ, foi polêmica, com tentativas de retirar o item da pauta do colegiado e de adiar a votação.

Para o deputado Alessadro Molon (PSB-RJ), a PEC permite ao governo decidir unilateralmente sem consultar o credor.

"O problema com esse calote não é apenas a injustiça com quem tem direito a receber o dinheiro. É também a péssima imagem que o governo passa, a de que o Brasil não cumpre seus compromissos, que é um mau pagador", disse Molon.

O deputado Lucas Redecker (PSDB-RS) disse que o precatório sai do mesmo bolo que saem os recursos para saúde, educação e infraestrutura. Para ele, sem o parcelamento, haverá dificuldades para outros gastos importantes. "Temos que rever as circunstâncias dos precatórios para voltar a ter investimentos, principalmente após a pandemia."

Decreto aumenta alíquotas do IOF para custear novo Bolsa Família

(Foto: EBC)

Regra vale até fim do ano e deve gerar R$ 2,14 bilhões em arrecadação.

O presidente Jair Bolsonaro editou um decreto para aumentar as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas transações de crédito de pessoas jurídicas e físicas. As novas alíquotas, que ainda não foram detalhadas, começam a valer a partir do dia 20 de setembro e têm validade até 31 de dezembro de 2021 deste ano.

O objetivo da medida é gerar uma arrecadação extra para custear o Auxílio Brasil, novo programa social de transferência de renda que substituirá o Bolsa Família. O valor do novo benefício, ainda não anunciado, deve ficar na faixa de R$ 300, segundo informou o ministro da Economia, Paulo Guedes.

"A medida irá beneficiar diretamente cerca de 17 milhões de famílias e é destinada a mitigar parte dos efeitos econômicos danosos causados pela pandemia", informou a Secretaria-Geral da Presidência da República.

O aumento no IOF deve gerar uma arrecadação de R$ 2,14 bilhões, estima o governo federal. O decreto com as novas regras ainda será publicado no Diário Oficial da União. Por ser um ato de competência exclusiva do presidente, o decreto tem validade imediata e não precisa da aprovação do Congresso Nacional. O IOF é um imposto federal pago por pessoas físicas e jurídicas em qualquer operação financeira, como operações de crédito, câmbio, seguro ou operações de títulos e valores mobiliários.

O governo informou que a alteração do IOF permitirá o aumento da cota de importação de bens destinados à ciência e tecnologia, com efeito em projetos de pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas contra o novo coronavírus em andamento na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e no Instituto Butantan.

A medida também permitirá, segundo o governo, a redução a zero da alíquota da Contribuição Social do PIS/Cofins incidente na importação do milho. O objetivo, neste caso, é reduzir os custos da alimentação.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

anatec www.anatec.org.br
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
FUNDAÇÃO VANZOLINI TIRAGEM AUDITADA ANATEC

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

Aras foi contra buscas na Saúde por risco de captura de 'informações sigilosas'

Ao avaliar o pedido da CPI da Covid para cumprimento de mandados de busca não só em endereços ligados à Precisa Medicamentos - alvo do colegiado por supostas irregularidades na negociação da vacina Covaxin - mas também no Ministério da Saúde, o procurador-geral da República Augusto Aras foi contra a ordem para que a PF vasculhasse a sede da pasta chefiada por Marcelo Queiroga por considerar que 'alternativas menos onerosas' podem ser tomadas para obtenção das informações pleiteadas pela CPI da Covid. Segundo o chefe do MPF, 'não foram apresentados indícios de destruição ou ocultamento que afaste a presunção de guarda da documentação dos órgãos públicos'.

Já com relação às ordens expedidas contra a Precisa Medicamentos, o PGR considerou que não seria 'razoável negar À CPI o fornecimento de documentos indispensáveis à elucidação de possíveis crimes, com vistas a preservar a intimidade da empresa privada'. "Ponderando os interesses em conflito e sopesando a eficácia ou a utilidade da medida judicial há de ser deferida a busca e apreensão em desfavor da Precisa Medicamentos, ressalvando que a apreensão deve ser apenas constante aos elementos de informação Vinculados a Bharat Biotech e a empresa, a incluir os seus representantes, ou quem por eles manifestem", registrou o PGR.

Como mostrou o Estadão, os pedidos da CPI foram parcialmente acolhidos, resultando da operação que a Polícia Federal realizouontem, 17, para vasculhar dois endereços ligados à Precisa: a sede da empresa em Barueri, na região metropolitana de São Paulo e um outro endereço em Itapevi, onde fica a empresa Luft Healthcare - responsável pelo armazenamento e distribuição dos produtos da companhia.

(Foto: EBC)

Segundo o chefe do MPF, 'não foram apresentados indícios de destruição ou ocultamento que afaste a presunção de guarda da documentação dos órgãos públicos'.

Kassio pede vista e julgamento sobre decretos de armas de Bolsonaro é suspenso

(Foto: EBC)

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal.

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, decidiu pedir vista - mais tempo para análise - de ações que pedem a suspensão de decretos do presidente Jair Bolsonaro que ampliaram o acesso a armas e munições no País, suspendendo julgamento dos processos que havia sido retomado nesta sexta-feira, 17, no Plenário virtual da corte. A discussão do caso não tem data para ser retomada.

A corte máxima havia reiniciado a discussão sobre mais de dez ações contra decretos editados pelo chefe do Executivo para flexibilizar a compra, posse e porte de armas após o ministro Alexandre de Moraes devolver os autos e pautar o caso para o Plenário virtual. Quando a discussão foi iniciada, em abril, o magistrado pediu mais tempo para analisar o caso.

Em voto apresentado no âmbito dos processos nesta ontem, 17, Alexandre acompanhou os relatores das ações - o ministro Edson Fachin e a ministra Rosa Weber. "O volume de alterações promovidas pelo Poder Executivo, a ensejar uma verdadeira redefinição da política pública de controle de armas de fogo, dependeria de discussão e aprovação pelo Congresso Nacional. Fica demonstrada, portanto, a extrapolação do poder regulamentar do Presidente da República, conforme sustentando pelos Requerentes e reconhecido pelos votos já proferidos pelo Ministro Edson Fachin e pela Ministra Rosa Weber, nos casos de suas respectivas relatorias", ponderou o ministro.

Fachin é relator de ações que questionam não só decreto que flexibilizou a posse, a compra e o porte de armas, mas também a resolução que zerou os impostos para importação de revólveres e ainda de decisão do governo federal de aumentar a quantidade máxima de munição que pode ser adquirida por instituições e pessoas autorizadas a portar armas.

Em abril, a ministra Weber suspendeu trechos de quatro decretos editados por pelo chefe do Executivo para flexibilizar a compra, o registro e o porte de armas.

ONU muda regras, e Bolsonaro poderá abrir Assembleia-Geral mesmo sem vacina

A Organização das Nações Unidas (ONU) confirmou nesta quinta-feira, 16, que não exigirá comprovante de vacinação contra a covid-19 das autoridades que estarão presentes na próxima 76ª Assembleia-Geral, marcada para começar na próxima terça, 21, em Nova York. A notícia é positiva para o presidente Jair Bolsonaro, que fará o tradicional discurso de abertura, e tem dito que vai pensar se vai se vacinar após todos os brasileiros serem imunizados.

Antes da nova orientação, o presidente da Assembleia-Geral da ONU, Abdullah Shahid, comunicou aos diplomatas do mundo todo que defende a exigência da cidade sede do evento de comprovante de vacinação contra covid-19 para liberar a entrada no plenário onde acontecerá a assembleia.

Em transmissão ao vivo pelas redes sociais na quinta-feira, 16, Bolsonaro confirmou que viajará a Nova York e disse ainda que seu discurso será "tranquilo e objetivo". Disse também que defenderá a tese do "marco temporal". No início do mês, a entidade demonstrou preocupação pelo modo como as pautas indígenas têm sido tratadas no Brasil. É uma tradição o presidente brasileiro ser o responsável pela abertura do evento. O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, presente na live de ontem, também irá à Assembleia-Geral da ONU.

Dois episódios foram fundamentais para a mudança na orientação das Nações Unidas. O primeiro foi uma declaração da Rússia de que a exigência do documento seria discriminatória. Na sequência, o secretário-geral da ONU, António Guterres, disse em entrevista à Reuters que "não pode dizer a um chefe de Estado que não estiver vacinado que ele não pode entrar nas Nações Unidas".

Ontem, Shahid notificou a delegação dos países por meio de carta enviada aos 193 Estados-membros da ONU, obtida pela Reuters.

Por ser considerada território internacional, a sede da ONU não está sujeita às leis americanas, mas, em outras ocasiões, autoridades do órgão prometeram respeitar as orientações do governo local e federal de controle da pandemia.

(Foto: Alan Santos - PR)

PF faz busca e apreensão em endereço vinculado à Precisa Medicamentos

A Polícia Federal fez busca e apreensão ontem, 17, em endereço vinculado à empresa Precisa Medicamentos, em Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo. A operação se estendeu a outro endereço em Itapevi, onde fica a empresa Luft Healthcare. É lá que ficam armazenados os produtos da Precisa.

As buscas foram pedidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid no Senado e autorizadas pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os policiais federais fizeram as buscas desde às 6 horas.

Em nota, a cúpula da CPI - o presidente Omar Aziz (PSD-AM), o vice-presidente Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e o relator, Renan Calheiros (MDB-AL) - afirmaram que as buscas miram no contrato entre a Precisa Medicamentos e a empresa indiana Bharat Biotech. A operação também tem como alvo documentos relacionados a este contrato.

"A CPI buscou de todas as formas obtenção dessas informações junto à empresa e ao Ministério da Saúde, não obtendo êxito. Devido a isso, se fez necessária a utilização deste instrumento judicial", afirma a cúpula.

A Precisa fechou contrato com o Ministério da Saúde, em 25 de fevereiro deste ano, para intermediar a compra de 20 milhões de doses da vacina Covaxin a R$ 1,6 bilhão. O negócio entrou na mira da CPI após denúncia dos irmãos Miranda.

Operação é inadmissível num Estado que se diz democrático de direito, diz Precisa

Após a Polícia Federal (PF) deflagrar operação ontem, 17, na qual faz buscas em endereço vinculado à empresa Precisa Medicamentos, em Barueri, na região metropolitana de São Paulo, a empresa se pronunciou. "É inadmissível, num estado que se diz democrático de direito, uma operação como essa de hoje. A empresa entregou todos os documentos à CPI, além de três representantes da empresa terem prestado depoimento à comissão. Francisco Maximiano, por exemplo, prestou depoimento e respondeu a quase 100 perguntas, enviou vídeo com esclarecimentos, termo por escrito registrado em cartório, além de ter sido dispensado de depor por duas vezes pela própria CPI, em 1° de julho e 14 de julho", diz parte da nota assinada por Ticiano Figueiredo e Pedro Ivo Velloso, advogados da Precisa Medicamentos.

Além disso, acrescenta o documento, seus representantes, sempre que intimados, prestaram depoimentos à PF, CGU, além de ter entregue toda documentação ao MPF e TCU.

Portanto, completa a nota, "a operação de hoje é a prova mais clara dos abusos que a CPI vem cometendo, ao quebrar sigilo de testemunhas, ameaçar com prisões arbitrárias quem não responder as perguntas conforme os interesses de alguns senadores com ambições eleitorais e, agora, até ocupa o Judiciário com questões claramente políticas para provocar operações espalhafatosas e desnecessárias".

Bolsonaro sobre discurso na ONU: lá teremos verdades, o que é o nosso Brasil

O presidente Jair Bolsonaro prometeu nesta sexta-feira, 17, fazer um discurso na Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU) com "verdades" sobre o Brasil. O pronunciamento está marcado para terça-feira, 21, e marca a abertura do encontro multilateral.

"Na próxima terça-feira, estarei na ONU, participando com um discurso inicial daquele evento. Podem ter certeza, lá teremos verdades, o retrato do que é o nosso Brasil e do que nós representamos verdadeiramente para o mundo", declarou Bolsonaro no lançamento de projeto de revitalização da bacia de Urucuia, na cidade de Arinos (MG). Ele estava acompanhado pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães.

Bolsonaro voltou a dizer que só Deus o tira da presidência da República, embora tenha lamentado nas palavras dele, pelo que sua família e amigos sofrem com seu cargo. "Apesar das dificuldades, dos ataques, das calúnias, difamações, entre outras barbaridades, vale a pena ser presidente da República. Porque uma das coisas que mais me conforta é saber que naquela minha cadeira em Brasília não está sentado um comunista", afirmou o chefe do Planalto. "Vamos vencer essa batalha, vamos aos poucos mudando o destino do Brasil. Tudo pode ser renovado, como renova o Executivo, o Legislativo, e também o Judiciário", voltou a dizer.

Também em uma insistência de retórica, Bolsonaro, mais uma vez, alertou apoiadores sobre o julgamento marco temporal, suspenso no Supremo Tribunal Federal (STF). "O produtor rural tem que se preocupar com isso. Queda do marco temporal coloca em risco a segurança alimentar no Brasil e no mundo como um todo", afirmou.

Se ratificada pelo Supremo, a tese do marco temporal obrigaria comunidades indígenas a comprovarem que estavam no seu território em 1988, momento da promulgação da Constituição Federal, para validar a demarcação da terra.

Desprezando as suspeitas de irregularidades na compra de vacinas, expostas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, Bolsonaro também repetiu no evento que o Brasil está completando "2 anos 8 meses sem uma denúncia sequer de corrupção".

Comitiva - O presidente Jair Bolsonaro vai levar para a Assembleia-Geral das Nações Unidas uma comitiva oficial de 15 pessoas, além de três intérpretes. O grupo inclui oito ministros, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, a primeira-dama, Michele Bolsonaro, o filho deputado do presidente, Eduardo Bolsonaro, e o advogado Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, como convidado especial.

Mais cedo, em conversa com apoiadores, Bolsonaro disse que viaja no domingo para Nova York, nos Estados Unidos, onde será realizado o evento. A estada de Bolsonaro e equipe em Nova York se dará de 19 a 22 de setembro, conforme decreto publicado no Diário Oficial da União (DOU) que lista os integrantes da comitiva.

CONFIRA A COMITIVA OFICIAL QUE ACOMPANHARÁ O PRESIDENTE NO EVENTO DA ONU:

- Carlos Alberto França, ministro de das Relações Exteriores;
- Anderson Torres, ministro Justiça e Segurança Pública;
- Paulo Guedes, ministro da Economia;
- Marcelo Queiroga, ministro da Saúde;
- Joaquim Álvaro Pereira Leite, ministro do Meio Ambiente;
- Gilson Machado, ministro do Turismo;
- Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- Eduardo Bolsonaro, deputado federal;
- Flávio Rocha, secretário especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;
- Nestor Forster, embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América;
- Ronaldo Costa Filho, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas (sem ônus);
- Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal;
- Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro (sem ônus);
- Convidado especial: Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

Ipea: cresce proporção de lares com renda do trabalho; recuperação ainda é lenta

Mais lares brasileiros obtiveram alguma renda através do trabalho no segundo trimestre deste ano, mas a recuperação permanece lenta e os indicadores continuam piores do que antes da pandemia, mostra estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com base na Pnad Contínua, do IBGE.

Segundo a pesquisa, a proporção de domicílios sem nenhuma renda de trabalho saltou de 25,1% no primeiro trimestre de 2020 para 31,6% no segundo trimestre do ano passado.

O indicador mostrou melhora para 29% no quarto trimestre do ano passado, nível semelhante ao registrado no primeiro trimestre de 2021 (29,3%). Neste segundo trimestre, porém, o indicador voltou a melhorar, ao recuar para 28,5%. Para o Ipea, o resultado mostra "como tem sido lenta a recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia para as famílias de renda mais baixa".

O documento, assinado pelo pesquisador Sandro Sacchet de Carvalho, mostra aumento na proporção de domicílios na faixa mais baixa dos rendimentos, sinalizando uma qualidade ruim das ocupações que vêm absorvendo os trabalhadores desses domicílios

A proporção de famílias brasileiras na faixa 1, com rendimento médio habitual de R$ 886,34 por mês (inferior ao salário mínimo), aumentou de 25,9% no primeiro trimestre de 2021 para 27,9% neste segundo trimestre.

Gol refinancia dívida da GLA no valor de R$ 1,2 bi com vencimento em 2024

A Gol anunciou ontem, 17, a conclusão do refinanciamento da dívida da unidade operacional GLA Linhas Aéreas S.A. no valor de R$ 1,2 bilhão com vencimento final em 2024. O sindicato é formado por bancos locais e a transação está sujeita a aprovações finais e assinatura da documentação.

Esta é a última etapa do programa de liability management da Gol que, segundo comunicado, permitirá que a empresa retorne ao seu menor patamar de dívida de curto prazo desde 2014, ficando em cerca de R$ 500 milhões ao final do terceiro trimestre de 2021.

A Gol explica que o programa de liability management utilizou ativos do seu balanço patrimonial para reduzir em R$ 2,1 bilhões a dívida de curto prazo no período de 12 meses findo em junho de 2021.

No caso das aeronaves, manteve o passivo de arrendamentos em aproximadamente 45% do total do endividamento no mesmo período, com uma taxa de desconto estável no padrão contábil IFRS16.

O refinanciamento da dívida de curto prazo da GOL estenderá o prazo médio dos passivos em mais de dois anos, para 3,3 anos.

Ainda de acordo com a nota divulgada nesta sexta, os recursos serão utilizados para refinanciar R$ 592 milhões do saldo remanescente da 7ª emissão de debêntures, R$ 528 milhões de linhas de crédito de financiamento à importação (Finimps) e R$ 165 milhões de linhas de crédito para capital de giro.

Renda habitual do trabalhador teve queda de 6,6% no segundo trimestre

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado ontem (17), mostra que houve queda de 6,6% na renda habitual e aumento de 0,9% na renda efetiva do trabalhador brasileiro no segundo trimestre de 2021, na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, o pior momento do mercado de trabalho durante a pandemia da covid-19.

O levantamento Retrato dos Rendimentos e Horas Trabalhadas durante a Pandemia tomou como base os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) e da Pnad Covid, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a análise do Ipea, os trabalhadores por conta própria tiveram o maior impacto em suas rendas, com crescimento de 19,5% na renda efetiva no segundo trimestre de 2021, na comparação com o mesmo trimestre de 2020. No segundo trimestre deste ano, eles receberam 76% do habitual. Os trabalhadores com carteira do setor privado tiveram aumento de 2% na renda efetiva, enquanto para os trabalhadores sem carteira, a alta foi de 6,9%.

"A análise mostra que, apesar da melhora nos rendimentos no segundo trimestre deste ano, a recuperação ainda é lenta. O afastamento da ocupação atinge 16,26% dos trabalhadores, afetando mais de 13,5 milhões", disse, em nota, o pesquisador do Ipea e autor do estudo, Sandro Sacchet.

A Região Nordeste foi a que teve a renda mais afetada pela segunda onda da pandemia, com queda de 2,6% na renda efetiva no segundo trimestre de 2021. Na análise por gênero, o crescimento da renda efetiva das mulheres (1,4%) foi superior ao dos homens (0,48%), no mesmo período.

Governo altera decreto sobre políticas públicas de telecomunicações

Decreto presidencial, publicado em edição extra do Diário Oficial da União de ontem (17), altera ato anterior sobre políticas públicas de telecomunicações. Segundo a Secretaria Geral da Presidência da República, o objetivo é ampliar a conectividade e a efetiva fruição de serviços pela sociedade brasileira, especialmente a população mais vulnerável.

O Decreto "flexibiliza as regras para que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) possa prever nos compromissos com as prestadoras não apenas investimentos em serviços de acesso à internet, tanto para uso individual como coletivo". O comunicado da Secretaria Geral diz que o potencial beneficiário da medida é o setor de educação. "Políticas públicas endereçadas à efetiva conectividade facilitariam que estudantes cujas famílias careçam de recursos tenham acesso ao conteúdo ofertado em plataformas on-line pelas instituições educacionais. Busca-se assim promover a inclusão digital da população brasileira."

O novo Decreto também tem dispositivo que permitirá que, além da Telebras, outros órgãos ou entidades públicas ou privadas possam implementar a rede privativa de comunicação da administração pública federal. Atualmente, essa função cabe apenas à Telebras, que está qualificada para desestatização.

Monitor do PIB aponta alta de 0,6% em julho ante junho, mostra FGV

(Foto: EBC)

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro avançou 0,6% em julho ante junho, segundo o Monitor do PIB, apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). Na comparação com julho de 2020, a atividade econômica cresceu 6,6% em julho de 2021.

"Em julho, primeiro mês do terceiro trimestre, a taxa de crescimento contra ao igual mês do ano anterior tem decrescido fortemente desde abril, quando foi observado o fundo do poço da recessão. Essas taxas de crescimento deverão continuar decrescentes, tendo em vista que a economia melhorou a partir de maio de 2020. Esses resultados estão influenciados pela recuperação de todas as atividades, exceto agropecuária, com destaque para o setor de outros serviços, em razão de maior percentual de pessoas vacinadas.

O mesmo ocorre para os componentes da demanda, excetuando-se exportação, devido à forte desvalorização cambial", avaliou Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB-FGV, em nota oficial. O Monitor do PIB antecipa a tendência do principal índice da economia a partir das mesmas fontes de dados e metodologia empregadas pelo IBGE, responsável pelo cálculo oficial das Contas Nacionais. No trimestre móvel terminado em julho, o PIB cresceu 9,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Sob a ótica da demanda, o consumo das famílias aumentou 9,5%, impulsionado pelo crescimento do componente serviços (10,3%). A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB) avançou 23,5%. As exportações cresceram 3,8%, e as importações aumentaram 32,1%.

Em termos monetários, o PIB alcançou aproximadamente R$ 4,946 trilhões de janeiro a julho de 2021, em valores correntes.

Comércio paulista cria 23,5 mil novos postos de trabalho em julho

(Foto: EBC)

Segundo a FecomércioSP, alta é a maior desde novembro de 2020.

O número de postos de trabalhos formais no comércio do estado de São Paulo registrou um saldo positivo de 23,5 mil vagas em julho. O número representa um avanço de 0,87% em relação a junho.

Os dados são da Pesquisa do Emprego no Estado de São Paulo realizada pela FecomercioSP. O levantamento é feito a partir das informações disponibilizadas pelo Novo Caged. Segundo a entidade, a alta de julho é a maior para o comércio desde novembro de 2020.

Assim, o comércio fechou o mês com 2,74 milhões de pessoas empregadas no estado. O maior crescimento foi no varejo, com 17,2 mil novas vagas. Com o resultado, o setor emprega 1,92 milhão de pessoas. O setor de serviços criou 45,2 mil novos postos de trabalho em julho, um crescimento de 0,69% no mês. Assim, o setor passou a empregar 6,57 milhões de pessoas.

O ramo de alojamento e alimentação abriu 7,5 mil vagas e o de transporte e armazenagem, 6,9 mil. O segmento de serviços administrativos e complementares criou 10,5 mil novos postos, impulsionado pelo teleatendimento, que passou a empregar mais 2,4 mil.

Capital - Na cidade de São Paulo, houve crescimento de 0,91% no número de pessoas empregadas no comércio em julho, com abertura de 7,7 mil novas vagas. O setor passou a empregar 862,6 mil pessoas.

No período de avaliação, o setor de serviços gerou 21,5 mil novos postos de trabalho na cidade. O número representa alta de 0,73%, totalizando 2,95 milhões de vínculos formais de trabalho.

Segundo a FecomercioSP, o fim da maior parte das restrições para funcionamento dos setores não essenciais a partir de maio abriu espaços para contratações para suprir a demanda reprimida em diversos setores.

A federação destaca que esse crescimento do emprego acontece apesar da conjuntura econômica adversa. "Estes setores estão gerando vagas, apesar da alta inflacionária, do endividamento das famílias, dos juros ao consumidor e do desemprego", ressalta a nota da entidade.

Caixa anuncia redução de 0,4 ponto porcentual em linha de crédito imobiliário

A Caixa Econômica Federal anunciou quinta-feira, 16, a redução de 0,4 ponto percentual na taxa de juros da linha de crédito imobiliário com correção atrelada à poupança. A partir de sábado, 18, será possível contratar financiamento pela modalidade com juros a partir de 2,95% ao ano, somadas à remuneração da caderneta. Esse movimento vai na contramão das sucessivas altas da taxa básica de juros, a Selic, e também dos aumentos feitos pelos concorrentes nas linhas de crédito tradicionais, como mostrou reportagem do Estadão. Santander, Bradesco e Itaú Unibanco aumentam em cerca de um ponto porcentual as taxas dos financiamentos imobiliários tradicionais (corrigidos pela TR). Segundo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, a redução foi possível porque a Caixa registrou R$ 300 bilhões contratados na atual gestão e segue como o maior financiador da casa própria no país, com 67% de participação do mercado. Em agosto de 2021, foram R$ 14 bilhões em novos contratos, sendo o mês de maior contratação da história da Caixa. Na coletiva, Guimarães afirmou que o banco tem mais de R$ 200 bilhões em títulos públicos, que remuneram a Selic. Por este motivo, quanto maior a taxa básica de juros, maior o ganho do banco, disse. "Nós vamos reduzir o spread (diferença entre o que o banco paga para captar e o que cobra do cliente), especificamente na linha de poupança", garantiu.

Nesta linha específica, com correção atrelada à poupança, o Itaú já tinha reduzido a taxa esta semana de 3,45% para 2,99% ao ano e o Bradesco manteve os juros em 2,99% ao ano. Mas, neste caso, essa parcela é somada à variação da remuneração da poupança, que corresponde à 70% da Selic. E quando a taxa básica de juros aumenta, essa parcela acompanha. O Banco Central iniciou em março um ciclo de aperto nos juros básicos, elevando a Selic da mínima histórica de 2% para o patamar atual de 5,25% ao ano. Na próxima semana o Comitê de Política Monetária se reúne novamente, sendo que as sinalizações mais recentes do BC apontavam para novo aumento de 1 ponto porcentual nos juros.

Bancos privados se antecipam ao BC e elevam os juros do crédito imobiliário

Enquanto a Caixa anuncia redução nos juros do financiamento imobiliário, mesmo com a Selic (a taxa básica de juros) em alta, grandes bancos privados estão aumentando suas taxas em cerca de 1 ponto porcentual nas linhas de crédito tradicionais. É um movimento que se antecipa à reunião na próxima semana do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), que deve elevar a taxa básica de juros em pelo menos 1 ponto, levando a Selic para 6,25% ao ano.

Quem puxou a fila dos aumentos foi o Santander, que subiu, no último dia 4, o juro do crédito imobiliário de 7,99% ao ano, mais variação da Taxa Referencial (TR), para 8,99%, segundo a instituição. Na sequência veio o Bradesco, que desde a segunda-feira tem taxas que variam entre 8,50% e 8,90% ao ano mais TR, dependendo do perfil do cliente. Desde ontem, o Itaú Unibanco cobra 8,30% ao ano mais variação da TR nos financiamentos tradicionais, ante os juros de 7,30% ao ano vigentes anteriormente.

No crédito imobiliário com juros ligados à poupança, o Itaú reduziu a taxa de 3,45% para 2,99% ao ano, e o Bradesco manteve o índice em 2,99% ao ano. Mas, neste caso, essa parcela é somada à variação da remuneração da poupança, que corresponde a 70% da Selic. E, quando a taxa básica de juros aumenta, essa parcela acompanha. A alta do custo dos financiamentos não surpreende empresários e especialistas do setor, que relativizam o impacto desse freio de arrumação nas vendas. "É óbvio que cada vez que aumenta a taxa não é bom para ninguém, mas historicamente estamos trabalhando com juros baixos, se compararmos com tudo que aconteceu no passado", afirma José Romeu Ferraz Neto, vice-presidente imobiliário do Sinduscon-SP, o Sindicato da Indústria da Construção Civil, que reúne construtoras e empreiteiras.

Celso Petrucci, economista-chefe do Secovi-SP, o Sindicato da Habitação, concorda. Considerando todas as modalidades de crédito imobiliário, a mediana da taxa de juros antes desse reajuste girava em torno de 6,5% e, agora, vai para algo entre 7,5% e 8%.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

Biden reúne líderes mundiais para debater mudança climática

(Foto: EBC)

Biden promoveu uma reunião virtual do Fórum das Grandes Economias (MEF) na Casa Branca, uma sequência ao encontro do Dia da Terra, que sediou em abril.

O presidente dos Estados Unidos (EUA), Joe Biden, reuniu líderes mundiais ontem (17) para debater a intensificação dos esforços no combater às mudanças climáticas.

O objetivo é se preparar para uma cúpula internacional sobre o aquecimento global, que será realizada no fim deste ano.

Biden promoveu uma reunião virtual do Fórum das Grandes Economias (MEF) na Casa Branca, uma sequência ao encontro do Dia da Terra, que sediou em abril, para apresentar novas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e induzir outros países a fazerem mais para conter as suas.

O presidente destacou a mudança climática diversas vezes nas últimas semanas, na esteira dos danos causados por inundações e incêndios florestais devastadores nos EUA.

Tratar do assunto é uma de suas maiores prioridades domésticas e internacionais. A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 (COP26) em Glasgow, de 31 de outubro a 12 de novembro, é vista como um momento crítico para o mundo se comprometer a fazer mais para deter a elevação da temperatura. Biden quer reunir grandes poluidores para tornar a COP26 um sucesso.

A Casa Branca não divulgou os nomes dos países participantes da reunião desta sexta-feira. O encontro de abril inclui comentários do presidente chinês, Xi Jinping, do presidente russo, Vladimir Putin, da chanceler alemã, Angela Merkel, e de outros líderes mundiais. Ainda nesta semana, a Casa Branca informou que Biden espera usar o MEF, depois da cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), para continuar pressionando por medidas em favor do clima.

"O presidente delineará planos para alavancar o MEF pós-Glasgow como plataforma de esforços coletivos concretos de escalada da ação climática ao longo desta década decisiva", disse a Casa Branca em comunicado.

Também em abril, Biden anunciou nova meta para reduzir as emissões de gases de efeito estufa dos EUA em 50%-52% até 2030, na comparação com os níveis de 2005.

Coreia do Norte lança míssil balístico a partir de sistema ferroviário

(Foto: EBC)

Na última quarta-feira, 15, o país tinha lançado dois misseis balísticos e, antes disso, outro míssil cruzeiro que a Coreia do Sul suspeita que tenha capacidade nuclear.

A Coreia do Norte lançou um míssil, a partir de um sistema de transporte ferroviário, em mais uma demonstração de força. A agência central de notícias do país informou que se trata de um sistema desenhado para um potencial contra-ataque a quaisquer forças que ameacem o país.

O míssil voou cerca de 800 quilômetros até que caiu no mar, ao norte da costa norte-coreana.

Na última quarta-feira (15), o país tinha lançado dois mísseis balísticos e, antes disso, outro míssil cruzeiro que a Coreia do Sul suspeita que tenha capacidade nuclear.

A tensão entre as Coreias subiu de nível nos últimos tempos.

Esse teste dos norte-coreanos ocorre no momento em que a Coreia do Sul testou um míssil balístico lançado a partir de um submarino, tornando-se o primeiro país sem armas nucleares a desenvolver o sistema, diz a Reuters.

Apesar dos protestos da comunidade internacional sobre o constante desenvolvimento de armas pela Coreia do Norte, com suspeita de capacidade nuclear, o país continua a caminhada de desafio.

Brasileira que tentava entrar ilegalmente nos EUA é encontrada morta no deserto

Agentes fronteiriços encontraram no deserto o corpo de uma brasileira que tentava entrar ilegalmente nos Estados Unidos. Lenilda de Oliveira, de 49 anos, foi abandonada pelo grupo de imigrantes do qual fazia parte, e chegou a contatar a família algumas vezes antes de morrer.

Parentes e amigos organizam no momento um crowdfunding para trasladar o corpo de volta ao Brasil.

Nascida em Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Lenilda era técnica em enfermagem e morava com as duas filhas em Vale do Paraíso. Ela pretendia chegar ao Estado de Ohio e, de acordo com relatos de amigos e familiares, viajava com conhecidos e amigos de infância A travessia se iniciou no dia 7 de setembro, quando o grupo atravessou a fronteira ilegalmente em direção à cidade de Deming, no Novo México.

Sob condições climáticas extremas, a técnica em enfermagem passou mal e foi deixada para trás pelo grupo, que prometeu retornar para buscá-la.

De acordo com o relato dos organizadores do crowdfunding, Lenilda entrou em contato com a família e compartilhou sua localização por Whatsapp. Ela também teria enviado áudios relatando que a situação era grave e que temia estar morrendo. Áudios obtidos pelo O Globo mostram que ela pediu à família que contatasse uma das amigas que fazia parte do grupo de imigrantes para pedir que eles trouxessem água na volta.

Ao jornal local Deming Headlight, o xerife do condado de Luna, Michael Brown, afirmou que a família demorou três dias para compartilhar a localização de Oliveira com a polícia. A família afirma que buscou ajuda imediatamente, acionando advogados, amigos e parentes que já residiam nos Estados Unidos, além de ter reportado o abandono à Patrulha da Fronteira.

O corpo de Lenilda foi encontrado na quarta-feira, 15, por volta das 16h, no deserto do Estado do Novo México. De acordo com as autoridades americanas, ele estava próximo ao cruzamento das rodovias Castaneda e Hondale, a 400 metros de uma residência.

Na quinta-feira, 16, a família iniciou uma arrecadação de fundos para repatriar o corpo de Lenilda. Até o momento, 43 pessoas doaram o total de R$2.320. A estimativa é que os custos do traslado fiquem em torno de R$ 15 mil.

França convoca embaixadores nos EUA e Austrália para protestar contra acordo

Em um sinal de agravamento da crise diplomática provocada pela aliança militar entre Estados Unidos e Austrália, a França convocou seus embaixadores em Washington e Canberra para demonstrar insatisfação com o cancelamento pela Austrália de um importante contrato de venda de armas com a França.

"A pedido do presidente da República, decidi chamar imediatamente para consultas nossos dois embaixadores nos Estados Unidos e na Austrália. Esta decisão excepcional se justifica pela gravidade de excepcional dos anúncios realizados em 15 de setembro por Austrália e Estados Unidos", declarou ministro das Relações Exteriores francês, Jean-Yves Le Drian em um comunicado No dia de ontem (17).

Mais cedo, o governo da Austrália prometeu trabalhar em estreita colaboração com a França.

"Entendo totalmente a decepção. Não há dúvida de que essas são questões muito difíceis de lidar", disse a ministra de Relações Exteriores australiana, Marise Payne, em Washington.

"Mas seguiremos trabalhando de forma construtiva e próxima de nossos colegas franceses", afirmou Payne no American Enterprise Institute.

Payne indicou que a Austrália reconhece o papel da França no Pacífico, inclusive os esforços conjuntos com a Nova Zelândia em termos de ajuda humanitária.

Entenda o caso - A Austrália cancelou um acordo bilionário para adquirir submarinos convencionais franceses após firmar uma nova aliança com o Reino Unido e os Estados Unidos, por meio da qual obterá submarinos de propulsão nuclear americanos.

A França ficou furiosa, acusou a Austrália de "apunhalá-la pelas costas" e disse que não confiaria mais nas negociações comerciais com o país. Também acusou os Estados Unidos de comportamento impróprio para um aliado próximo. (Com agências internacionais).

França suspende 3 mil trabalhadores do setor de saúde que não se vacinaram

Cerca de 3 mil funcionários de hospitais, lares de idosos e clínicas particulares da França foram suspensos após não cumprirem a vacinação obrigatória contra a covid-19, anunciou o governo nesta quinta-feira, 16, enquanto países da Europa avaliam o limite das medidas impostas para combater a pandemia.

O governo francês determinou quarta-feira, 15, como prazo final para que cerca de 2,7 milhões de trabalhadores do setor de saúde - como médicos, enfermeiros, profissionais de assistência domiciliar, socorristas e técnicos de atendimento de urgência - tomassem pelo menos a primeira dose de qualquer imunizante autorizado no país.

"Ontem [quarta], cerca de 3 mil suspensões foram notificadas ao pessoal de centros de saúde por não terem recebido pelo menos uma dose da vacina", disse o ministro da Saúde, Olivier Véran, à rádio RTL, acrescentando que dezenas de funcionários também foram demitidos.

Em meados de julho, o presidente Emmanuel Macron anunciou medidas de combate à covid-19 na tentativa de pressionar os franceses a se vacinarem.

O público geral passou a ter que apresentar uma espécie de passaporte sanitário para frequentar espaços compartilhados, como restaurantes, academias e museus. Na mesma ocasião, foi informado o prazo final para os trabalhadores de saúde e as medidas - suspensão do trabalho e de seus pagamentos.

EUA: temos doses o suficiente de todas as 3 vacinas para reforço contra covid

Os Estados Unidos têm imunizantes suficientes contra a covid-19 para garantir a dose de reforço à população, disse o coordenador da força-tarefa da Casa Branca, Jeff Zients, em coletiva à imprensa hoje.

Os cidadãos americanos poderão receber o reforço de qualquer um dos três fabricantes cujas vacinas são autorizadas no país - Moderna, Pfizer/BioNTech e Johnson & Johnson -, assim que houver a recomendação e aprovação pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA, a Anvisa americana), afirmou Zients.

No planejamento da força-tarefa, a aplicação das doses de reforço para a população geral teria início na próxima semana.

O cirurgião geral do país, Dr. Vivek Murthy, reforçou a importância da programação, preparação e logística para a aplicação das doses e disse que os EUA estão prontos para quando chegar o momento de o imunizante de reforço ser aplicado.

Quanto às doações para outros países, Zients informou que os EUA já enviaram mais de 140 milhões de doses para mais de 100 países até o momento.

Exigência - Zients também afirmou que exigências de vacinação contra a covid-19, feitas por empresas, "funcionam e são boas para a economia". "Você não precisa ser um economista para entender por que a vacinação também impulsionará o mercado de trabalho e a economia em geral", disse.

China solicita adesão a acordo com países da Ásia-Pacífico, após pacto dos EUA

A China solicitou formalmente à Nova Zelândia sua adesão ao Acordo Compreensivo e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP, na sigla em inglês), um pacto comercial com 11 países da Ásia-Pacífico. O objetivo do governo chinês é atrair aliados americanos tradicionais para sua órbita econômica, à medida que a competição por alianças se intensifica entre Pequim e Washington.

O movimento da China vem logo após o governo Biden anunciar uma nova parceria na área de segurança com o Reino Unido e a Austrália no Indo-Pacífico, em meio ao crescimento da influência chinesa na região.

À medida que as tensões entre os EUA e a China continuam a aumentar em muitas frentes, tanto o presidente americano, Joe Biden, quanto o líder chinês, Xi Jinping, intensificaram o cabo de guerra pela liderança global. Com seu pedido de adesão à CPTPP, Xi aproveita a ironia de tentar aderir a um pacto com padrões estabelecidos por negociadores americanos, mas rejeitado por um presidente dos Estados Unidos.

Alemanha libera entrada de brasileiros vacinados com Coronavac

A Alemanha anunciou, que o Brasil foi retirado da lista das áreas consideradas de alto risco e a população imunizada com a vacina Coronavac não será mais obrigada a cumprir quarentena a partir de domingo, 19.

De acordo com a decisão, os brasileiros deverão apresentar apenas um teste PCR com resultado negativo para o coronavírus, comprovante de vacinação ou declaração de que tiveram a doença e se recuperaram. O Brasil, assim como a Índia e a África do Sul, estão entre os 14 países que deixaram de ser considerados de alto risco pelo governo alemão.

Assim como a Alemanha, o Reino Unido também simplificou suas regras para viagens internacionais hoje, atendendo às reclamações de viajantes e empresas de que as regulamentações destinadas a evitar a disseminação da doença eram ineficazes.

Em anúncio do secretário de transportes, Grant Shapps, noticiado pela Associated Press, o Reino Unido descartou seu sistema de "semáforo" que classifica os países em vermelho, âmbar ou verde - alto, médio ou baixo risco de contaminação da covid-19. Shapps disse que o "sistema mais simples e direto" permitirá "que mais pessoas viajassem, vissem seus entes queridos ou realizassem negócios em todo o mundo, ao mesmo tempo que impulsionava a indústria de viagens".

A partir de 4 de outubro, haverá um sistema de apenas duas classificações - vermelho e verde.

Na campanha pela vacinação, os Estados Unido negociam a compra de centenas de milhões de doses da vacina contra o coronavírus da Pfizer para doar ao mundo, de acordo com fontes ao The Washington Post. O anúncio da compra está previsto para o início da próxima semana.

Em junho, os Estados Unidos compraram 500 milhões de doses da vacina a serem distribuídas pelo consórcio Covax Facility.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

Supremo derruba norma da constituição da PB que proibia usinas nucleares e tratava de lixo atômico

Por unanimidade de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de dispositivo da Constituição da Paraíba que veda o depósito de lixo atômico não produzido no estado e a instalação de usinas nucleares em território paraibano. O entendimento unânime foi o de que a norma estadual invadiu a competência privativa da União para legislar sobre atividades nucleares. A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada em 14/9, nos termos do voto da relatora, ministra Cármen Lúcia.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6895 foi proposta pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, contra o artigo 232 da Constituição da Paraíba. Ele sustentou que, ao disciplinar o pacto federativo, a Constituição de 1988 inseriu a matéria na esfera da União. Em outras ações, Aras também questionou normas semelhantes de mais 18 estados.

O procurador-geral citou a Lei 4.118/1962, que instituiu a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), a Lei 6.189/1974, que regula as normas sobre instalações nucleares e transporte de material nuclear, e a Lei 10.308/2001, que trata de aspectos relacionados aos depósitos de rejeitos radioativos e à seleção dos locais de armazenamento. Portanto, segundo ele, não há espaço normativo para que estados editem normas paralelas sobre a matéria.

Plenário do STF inicia julgamento sobre validade da Lei dos Caminhoneiros

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, nesta quarta-feira (15), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5322, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTT) contra a Lei dos Caminhoneiros (Lei 13.103/2015). A norma regulamenta o exercício da profissão de motorista nas atividades de transporte rodoviário de cargas e de passageiros e, entre outros pontos, reduz horários para descanso e alimentação, além de exigir a realização de exame toxicológico.

A Corte designará data para a continuidade do julgamento, que foi suspenso hoje após a leitura do relatório pelo ministro Alexandre de Moraes e a manifestação das partes interessadas no processo.

Entre os argumentos apresentados na ADI, a CNTT sustenta que a necessidade de exame toxicológico não só para a habilitação, mas também para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), assim como na admissão, na demissão e, periodicamente, durante o vínculo empregatício violaria o princípio da dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e a isonomia da legislação. Ao questionar o dispositivo que autoriza a prorrogação da jornada de trabalho por até 12 horas, a confederação argumenta que, ao fracionar e reduzir o período de descanso, a norma potencializa os riscos de acidentes de trabalho. Também alega que a lei, ao separar o tempo de espera da jornada de trabalho, transfere ao trabalhador os riscos da atividade econômica.

STF referenda determinação para que União envie segunda dose de vacinas a SP

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) referendou medida cautelar deferida pelo ministro Ricardo Lewandowski para que a União assegure ao Estado de São Paulo a remessa necessária da segunda dose das vacinas contra a covid-19, a fim de completar a imunização das pessoas que já tomaram a primeira.

A determinação foi confirmada na Ação Cível Originária (ACO 3518), cujo julgamento virtual foi concluído em 14/9. Segundo a decisão unânime, o quantitativo referente à segunda dose das vacinas em SP deve ser enviado ao estado dentro do prazo estipulado nas bulas dos fabricantes e autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Mudança de critérios - Na ação, o Estado de São Paulo sustenta que o Ministério da Saúde (MS) alterou a sistemática de distribuição de vacina sem prévia comunicação, o que causou uma redução abrupta do número de doses destinadas ao estado.

Para o governo paulista, a medida tornou inexequível o cumprimento do cronograma de vacinação já divulgado.

O estado pediu, também, a recomposição das doses faltantes e a não aplicação dos novos critérios de distribuição ao envio da segunda dose. Segundo sua argumentação, a União deve garantir a entrega das vacinas dentro do intervalo entre as doses fixado pelos fabricantes e aprovado pela Anvisa.

STJ confirma bloqueio de bens de Reinaldo Azambuja e família

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu manter quinta-feira, 16, a decisão que bloqueou R$ 277 milhões em bens do governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), de seus familiares e de uma empresa a ele vinculada. A decisão atende de pedido feito pelo Ministério Público Federal em denúncia oferecida contra o chefe do Executivo estadual. A acusação ainda está pendente de apreciação pelo colegiado.

A denúncia da Procuradoria, apresentada em outubro de 2020, imputa a Azambuja, os empresários Joesley e Wesley Batista, da JBS, o ex-secretário de Fazenda de MS e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Márcio Campos Monteiro, e outras 20 pessoas, supostos crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

O Ministério Público Federal narra que os supostos crimes ocorreram entre 2014 e 2016, em um esquema de corrupção que envolveu o pagamento de R$ 67 milhões em propina a Azambuja e a outros denunciados. Como contrapartida, os agentes públicos garantiram isenções fiscais e benefícios ao grupo empresarial JBS em valores que ultrapassam R$ 209 milhões, dizem os procuradores.

A denúncia reúne provas obtidas na Operação Vostok, além de elementos compartilhados a partir da Operação Lama Asfáltica, acordos de colaboração premiada, e quebra dos sigilos telefônico e bancário dos envolvidos. Na sessão desta quarta-feira, a ministra Isabel Gallotti - que substitui o relator do caso, ministro Félix Fischer, em licença médica - acolheu o parecer do MPF, destacando que, com base em acordo de colaboração premiada celebrado, há indícios corroborados por outras provas colhidas de que haveria uma organização voltada a obter incentivos fiscais no estado, em troca de valores que a empresa obtinha de benefício nesses incentivos fiscais.

Ministro Alexandre de Moraes restabelece medidas de marcação e rastreamento de armas e munições

(Foto: EBC)

Segundo o relator, a revogação de portarias que estabeleciam medidas contra o comércio ilegal de armas não teve motivação idônea.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a eficácia de portarias que revogavam as normas que instituíram o Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército (SisNar). A decisão liminar, deferida nas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 681 e 683, será submetida a referendo do Plenário.

As ações foram ajuizadas pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) contra a Portaria 62/2020 do Comando Logístico do Exército Brasileiro (Colog, órgão de assessoramento superior do Comando do Exército que integra a estrutura do Ministério da Defesa). Ela revogou três portarias anteriores (46/2020, 60/2020 e 61/2020) que estabeleciam regras mais rígidas para marcação, controle e rastreamento de armas e munições.

Segundo os partidos, o SisNar não apenas disciplina a execução do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003), mas elenca órgãos integrantes, distribui competências e cria novos mecanismos de vigilância. As mudanças, a seu ver, impedem a implementação de medidas, critérios e procedimentos relacionados ao controle da produção, comércio e circulação de material bélico.

Comércio ilegal - Segundo o ministro Alexandre, as portarias revogadas, para além de constituírem mero incremento em relação à regulamentação anterior, previam a adoção de soluções técnicas para a efetividade e a eficiência da ação do Estado em relação ao comércio ilegal de armas e munições e à repressão a crimes cometidos com armamento e munição ilegais. "A revogação desses atos careceu de motivação idônea a justificar a não implementação das ferramentas de controle neles previstas, bem como não foi acompanhada de qualquer medida paliativa ou intermediária, mesmo já transcorrido período razoável de tempo desde sua edição", assinalou.

Desvio de finalidade - Na avaliação do relator, o veto à implementação de medidas de marcação e rastreamento de armamento, munição, explosivos e outros produtos controlados pelo Exército (PCEs), em prejuízo ao controle e à repressão do comércio ilegal , caracteriza o desvio de finalidade do ato que revogou as Portarias 46, 60 e 61 do Colog, em desrespeito aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e do interesse público. "A maior circulação de armas e munições, se não for acompanhada por regulamentação adequada, terá inevitável efeito sobre a movimentação ilícita em favor da criminalidade organizada", ressaltou.

Estabilidade democrática - A seu ver, a eficiência na prestação da atividade de segurança pública é garantia essencial para a estabilidade democrática no país e deve se caracterizar pela absoluta cooperação entre os poderes públicos de todos os entes federativos.

Ministro Barroso determina que União retome análise de empréstimos para PE e SE

(Foto: EBC)

Segundo o ministro Roberto Barroso, a finalidade da portaria do Ministério da Economia é regular o processo de consulta pública.

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a União dê prosseguimento à análise de pedidos de empréstimos feitos pelos Estados de Sergipe e Pernambuco, suspensa em razão de portaria do Ministério da Economia. A decisão se deu no deferimento de tutela de urgência nas Ações Cíveis Originárias (ACOs) 3519 (SE) e 3523 (PE).

Nos dois casos, os pedidos tramitavam antes da edição da Portaria 9.365, de 4/8/2021.

O estado de Sergipe havia solicitado empréstimo de US$ 36 milhões ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde e, após aprovação em etapa preliminar, o pedido seria analisado pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex).

Já o Estado de Pernambuco formalizou consulta para a contratação de operação de crédito com o Banco do Brasil, com o objetivo de restaurar vários trechos de rodovias, constantes do Programa de Investimentos em Infraestrutura Logística. O pedido foi aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional e os trâmites da operação foram formalizados no banco.

Confiança legítima - Segundo o ministro Roberto Barroso, a finalidade da portaria do Ministério da Economia é regular o processo de consulta pública visando à substituição da metodologia de análise da capacidade de pagamento prevista na Portaria 501/2017, do extinto Ministério da Fazenda. No entanto, em análise preliminar, o relator entendeu que a suspensão dos instrumentos contratuais já celebrados ou de outros ajustes em curso na época da edição do documento fere o princípio da proteção da confiança legítima e tem potencial de desestabilizar o federalismo de cooperação.

STF invalida lei do Amazonas sobre revalidação de diplomas expedidos no Mercosul e em Portugal

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional uma lei do Estado do Amazonas que permitia que os diplomas de pós-graduação de cursos presenciais oferecidos em universidades de países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e de Portugal fossem utilizados, no âmbito da administração pública estadual, para fins de progressão funcional, gratificação por titulação e demais benefícios legais.

O entendimento é o de que a norma invadiu competência privativa da União para dispor sobre diretrizes e bases da educação nacional.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6592 foi ajuizada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, contra a Lei estadual 245/2015, que também autorizava o uso dos certificados em concurso público para seleção de docentes e pesquisadores.

LDB - No entendimento do relator, ministro Luís Roberto Barroso, contudo, a medida invadiu competência privativa da União para dispor sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 22, inciso XXIV, da Constituição Federal).

Ele explicou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996 - LDB) disciplinou, para todo o país, o reconhecimento de títulos de pós-graduação strictu sensu obtidos em universidades estrangeiras e que, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 48, os diplomas precisam ser reconhecidos por universidades que tenham cursos na mesma área e em nível semelhante ou superior.

STF começa a julgar ação sobre sequestro de verbas em caso de parcelamento compulsório de precatório

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deu início ao julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 597092, com repercussão geral reconhecida (Tema 231), em que se discute a possibilidade de sequestro de recursos financeiros do Estado no caso de inadimplemento de precatório parcelado em 10 anos.

O julgamento foi suspenso pelo pedido de vista do ministro Gilmar Mendes após o voto do relator, ministro Edson Fachin, pelo desprovimento do recurso.

Sequestro - O Estado do Rio de Janeiro recorre de decisão do Tribunal de Justiça local (TJ-RJ) que, em mandado de segurança impetrado por uma empresa de planejamento e construção, determinou o parcelamento de um precatório e o pagamento da primeira parcela, sob pena de sequestro, nos termos do artigo 78, parágrafo 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído na Constituição Federal de 1988 pelo artigo 2º da Emenda Constitucional 30/2000.

Para o TJ-RJ, o pagamento em atraso de qualquer parcela dos créditos incluídos no artigo 78 do ADCT permite o sequestro da verba necessária à sua satisfação. A decisão foi mantida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Compulsoriedade - Em seu voto, o ministro Edson Fachin afirmou que a compulsoriedade da submissão do ente federado ao regime especial de pagamento de precatórios vencidos, prevista no dispositivo do ADCT, é constitucional.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LEIS & PROJETOS

Senado aprova prorrogação de mudanças no calendário escolar até o fim de 2021

O Plenário do Senado aprovou por unanimidade, quinta-feira (16), o Projeto de Lei (PL) 486/2021, que prorroga para até o final do ano as mudanças no calendário escolar motivadas pela pandemia. Foram 69 votos sim. O relator foi o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que votou pela aprovação, sem alterações. O projeto segue agora para sanção presidencial.

- No que tange ao mérito, a inovação é relevante e oportuna, particularmente por conferir segurança jurídica à atuação dos gestores educacionais, em todas as esferas administrativas. (...) A medida sob exame é urgente e inadiável. Não restará margem para questionamentos à ação dos gestores, o que redundará na adoção de medidas cruciais para a preparação do ambiente escolar para a retomada das atividades letivas presenciais com segurança e sem qualquer receio de judicialização - disse Izalci em Plenário.

De autoria da deputada federal Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), o texto aprovado busca dar segurança jurídica para que cada escola organize seu próprio calendário. Para tanto, o projeto desvincula a vigência dessas normas excepcionais sobre o ensino do decreto de calamidade pública que perdeu a vigência no fim do ano passado.

(Foto: Senado)

Projeto foi relatado pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

O projeto dará segurança jurídica aos secretários de Educação para aplicar as normas neste ano. Segundo a autora, o projeto foi apresentado a pedido dos secretários estaduais e municipais de Educação e busca dar segurança para que cada escola possa organizar o seu calendário em razão da pandemia.

O Decreto Legislativo 6/2020 reconheceu a calamidade principalmente para fins orçamentários e foi citado em várias leis relacionadas às consequências das medidas de combate à disseminação do vírus.

Segundo o texto aprovado, até o encerramento do ano letivo de 2021 poderão ser adotadas medidas da Lei 14.040 de 2020.

Entre essas medidas estão a suspensão da obrigatoriedade de escolas e universidades cumprirem a quantidade mínima de dias letivos; a aglutinação de duas séries ou anos escolares; a permissão para o ensino remoto; e a antecipação da conclusão de cursos de medicina ou cursos técnicos relacionados ao combate à covid-19, se cumpridos 75% da carga horária.

Pacheco diz que Senado vai tentar analisar Código Eleitoral em setembro

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), sinalizou quinta-feira, 16, que os senadores vão analisar a possibilidade de votar a proposta do novo código eleitoral neste mês. A análise da proposta foi concluída pela Câmara dos Deputados na madrugada desta quinta-feira. A medida tem que ser aprovada até outubro para que as novas regras passem a valer nas Eleições de 2022.

"É provável que no início da próxima semana nós façamos uma reunião específica sobre o código eleitoral, para identificarmos a possibilidade de apreciarmos ainda no mês de setembro ou não", disse Pacheco, que afirmou que o tema não foi tratado pelo colegiado de líderes hoje. "Sabemos a complexidade do tema, são muitos artigos que estão neste código aprovado pela Câmara. Em respeito à Câmara, vamos ter toda a dedicação para fazer uma avaliação sobre a apreciação ainda em setembro, se é possível ou não."

A proposta aprovada pela Câmara traz a determinação de uma quarentena obrigatória para militares, policiais, promotores de Justiça e juízes que quiserem disputar as eleições a partir de 2026. Questionado, Pacheco evitou fazer uma avaliação se há incômodo ou não no Senado sobre a regra. "É mais um tema a ser apreciado, como foi pela Câmara", disse. Em relação à reforma do Imposto de Renda, também já aprovada pela Câmara, Pacheco afirmou que não há consenso no Senado sobre o tema e sinalizou que não haverá pressa para analisar a medida.

Senado aprova possibilidade de condomínio ser pessoa jurídica

(Foto: Senado)

O nome legal para condomínios que tenham, ao mesmo tempo, área privativa do morador ou compartilhada com demais moradores, é "condomínio edilício". O relator foi o senador Mecias de Jesus.

O Senado aprovou quinta-feira (16) projeto de lei que altera o Código Civil para dar aos condomínios edilícios o direito de adquirir a qualidade de pessoa jurídica.

"Condomínio edilício" é o nome legal dos condomínios, sejam de casas ou apartamentos, que tenham ao mesmo tempo área privativa do morador e áreas comuns compartilhadas com os demais proprietários de unidades. O PL 3.461/2019, do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

Ao apresentar o projeto, o senador lembrou que atualmente, a partir do registro, o condomínio já adquire diversas obrigações legais, como o cadastro na Receita Federal a fim de obter o CNPJ, o dever de recolher contribuições sociais e preencher livros fiscais, por exemplo. Além disso, pode entrar com ação na Justiça representado pelo seu administrador ou síndico, mas ainda não tem o reconhecimento de personalidade jurídica.

O relator, senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), concorda. Para ele, é preciso garantir segurança jurídica ao prever legalmente condomínio no rol das pessoas jurídicas de direito privado elencadas no Código Civil.

- Já existe, na perspectiva social, a visão do condomínio edilício como sujeito de direitos e deveres. Ato contínuo, a doutrina e jurisprudência vêm consolidando o entendimento do condomínio como pessoa jurídica, desta forma, assegurando personalidade jurídica ao mesmo - argumentou.

Requisitos - Pelo texto, a transformação em pessoa jurídica ocorrerá quando o condomínio registrar, em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o documento de criação, a convenção e a ata da decisão pela constituição da pessoa jurídica, com o voto favorável dos titulares de, no mínimo, dois terços das frações ideais.

Marco das Ferrovias deve ser votado no plenário do Senado na terça, diz relator

O projeto que estabelece um novo marco legal das ferrovias deve ser votado, a princípio, na próxima terça-feira, 21, pelo plenário do Senado. A previsão foi dada pelo relator da proposta, o senador Jean Paul Prates (PT-RN), nesta quinta-feira, 16, após reunião de líderes.

No Senado desde 2018, o projeto teve os trâmites de votação acelerados após o governo Bolsonaro editar uma Medida Provisória com conteúdo similar ao do PL. A principal novidade do marco legal é liberar um novo modelo de operação de ferrovias no Brasil, chamado de "autorização".

Nele, não há necessidade de processo concorrencial para uma empresa operar trilhos. Hoje, a administração de ferrovias pelo setor privado precisa passar por uma licitação, que resulta na concessão do serviço. Esse formato continuará existindo e a escolha do regime vai depender do modelo de negócio.

A MP editada pelo governo no fim de agosto autoriza esse novo tipo de regime. Desde então, o Ministério da Infraestrutura já recebeu mais de dez manifestações de interesse da iniciativa privada para construir novas ferrovias, com cerca de R$ 60 bilhões de investimento previsto. Um acordo entre o governo e o Senado, por sua vez, estabeleceu que o Congresso deve acelerar a votação do projeto de lei e deixar a MP caducar, ou seja, vencer, valendo apenas por 120 dias - prazo que uma medida provisória tem para ser votada pelas duas Casas do Legislativo. O que valerá, ao fim, será o projeto que precisa ser aprovado pelo Senado e pela Câmara.

Prates afirmou a jornalistas nesta quinta que, sobre o mérito do PL, a senadora Kátia Abreu (PP-TO) demanda algumas mudanças no texto em relação ao direito de passagem. O relator, por sua vez, sinalizou que não deve ceder. "Quer porque quer passar um trem dentro da ferrovia do outro. Mas a gente vai tentar argumentar de que não é possível, se não ela vai fazer emenda dela, vai para o destaque e vemos", disse Prates.

Ministro se desculpa por fala sobre alunos com deficiência, mas senadores cobram ações

Depois de dizer em entrevista que estudantes com deficiência "atrapalham" outros alunos e afirmar publicamente que "é impossível a convivência" com crianças com algum grau de deficiência, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, pediu desculpas "a todos que se sentiram ofendidos" nesta quinta-feira (16) em audiência pública na Comissão de Educação (CE) do Senado. Apesar de elogiarem a postura, senadores afirmaram que as desculpas devem ser acompanhadas por ações.

Convidado pelos senadores a explicar essas e outras declarações sobre a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas, Ribeiro disse que não teve a intenção de "magoar", que suas colocações "não foram as mais adequadas".

- Minhas palavras não foram adequadas. Não representa meu pensamento. Quero reiterar meu sincero pedido de desculpas a todos que de alguma forma se sentiram ofendidos. O ministro da Educação não é essa pessoa que foi pintada. [...] Esse foi meu grande erro - disse o ministro. Ribeiro afirmou que a posição do Ministério da Educação é que alunos com deficiência devem estudar em escolas regulares e que o sistema deve ser "inclusivo". Ele apontou que alguns pais e mães de crianças com deficiência disseram ter "entendido" o que ele quis dizer. O ministro apontou ainda que o MEC investiu cerca de "meio bilhão" de reais em medidas de acessibilidade e capacitação de professores nos últimos dois anos.

(Foto: Senado)

Em audiência na Comissão de Educação, Ribeiro reconheceu que "suas palavras não foram adequadas".

Consternação - Em entrevista no mês passado, Milton Ribeiro afirmou que cerca de 12% das crianças com deficiência não teriam condições de estudar junto com outros alunos sem deficiência.

Especialistas criticam aumento do uso de agrotóxicos e pedem apoio a novas tecnologias

Você permaneceria em uma área onde estivesse ocorrendo a pulverização agrícola por agrotóxicos? O questionamento foi feito pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES) quinta-feira (16), em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente (CMA) sobre o impacto do uso dos defensivos agrícolas no Brasil. Autor do requerimento para o debate, Contarato disse que populações como as indígenas não têm como se defender, já que a aplicação de agrotóxicos por meio de aeronaves ainda é liberada no país. Ele mencionou, em especial, o aumento do uso de agrotóxicos banidos na Europa e nos Estados Unidos pela sua neurotoxicidade.

Contarato disse ter presenciado indígenas do Mato Grosso do Sul sofrendo com sintomas como febre, vômito, dor de cabeça e diarreia, após terem sido expostos a essas pulverizações. O meio ambiente brasileiro tem sofrido um "ataque sistematizado", que se torna ainda mais claro no caso do uso dos agrotóxicos, disse Contarato. Ele mencionou que o uso desses produtos no Brasil cresceu 25% nos últimos 5 anos, sendo um dos mercados que mais se desenvolve no mundo, "sem ter havido relação entre o aumento do uso e o crescimento da produção das lavouras". Já são cerca de 2.300 defensivos registrados, observou.

- Quero colocar-me humildemente como membro dessa comissão, aberto à comunidade científica, academia, Ongs, sociedade civil e ao poder público, que tem essa obrigação de implementar medidas para mitigar os danos resultantes da má utilização desses produtos - disse o senador, mencionando o uso do acefato, já proibido em muitos países.

Monitoramento - Silvia do Amaral Rigon, professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná (UFPR), chamou atenção para a mudança de metodologia no Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), uma ação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), coordenado pela Anvisa. Apesar de seu reconhecimento nacional e internacional, o programa tem sido modificado, disse a pesquisadora, que destacou o aumento da intoxicação crônica ou aguda em decorrência de agrotóxicos.

- Fui buscar a atualizaçao dos dados do PARA para trazer dados para esta audiência. Meu espanto foram essas últimas modificações na forma e desenvolvimento que ocorreram no programa. Houve uma modificação na metodologia no programa de monitoramento - apontou Silvia Rigon.

Ela lembrou que o Brasil é hoje o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. A maior parte é usada em lavouras de soja, milho e cana-de-açúcar nas regiões Sul, Centro-Oeste e em São Paulo. De acordo com a professora, apenas cinco dos maiores produtores respondem por mais de 50% dos agrotóxicos consumidos no Brasil. A professora também chamou atenção para o aumento de suicídios relacionados aos agrotóxicos utilizados na lavoura de fumo na Região Sul.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Pesquisadora explicou como governo favoreceu a circulação do vírus

A pesquisadora e professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) Deisy Ventura afirmou a Integrantes da CPI da Pandemia que o governo brasileiro adotou uma "estratégia institucional de propagação do vírus". A afirmação foi feita em videoconferência quinta-feira (16).

A pesquisadora explicou que o governo incentivou a população ao contágio pelo coronavírus fazendo com que acreditassem que existia um "tratamento precoce" e que a infecção levaria à imunidade das pessoas e, assim, a pandemia seria controlada.

As afirmações têm por base o resultado de uma pesquisa feita em parceria com a organização não governamental Conectas Direitos Humanos.

Para Alessandro Vieira (Cidadania-SE), o presidente Jair Bolsonaro tinha conhecimento de que o "tratamento precoce" não tinha efeitos e ainda assim promoveu o amplo contágio da população para se adquirir a "imunidade de rebanho".

Já o senador Omar Aziz (PSD-AM) disse que é importante responsabilizar as pessoas que orientaram Jair Bolsonaro, já que ele não teria capacidade para agir sozinho. Para ele, uma das grandes responsáveis é a médica oncologista Nise Yamaguchi, que participava do "gabinete paralelo".

Também participaram da videoconferência os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Humberto Costa (PT-PE), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Simone Tebet (MDB-MS).

Bolsonaro diz a apoiadores que excesso de professores atrapalha

O presidente Jair Bolsonaro afirmou quinta-feira, 16, que "o excesso de professores atrapalha". Segundo ele, o Estado foi inchado após um concurso feito pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) para a contratação de 100 mil docentes. "Não vou entrar em detalhes, mas o Estado foi muito inchado. Não estou dizendo que não precisa de professor, mas o excesso atrapalha", disse o presidente a apoiadores ao retornar ao Palácio da Alvorada, em Brasília.

Na conversa sobre educação pública, Bolsonaro afirmou que não existem mais "livros que os pais não gostariam que os filhos tomassem conhecimento na escola e não é pouca coisa, não".

Brasil tem 37,18% da população totalmente vacinada contra o coronavírus

O número de pessoas vacinadas com ao menos uma dose contra a covid-19 no Brasil chegou a 141.085 194, o equivalente a 66,14% da população total. Nas últimas 24 horas, 711,8 mil pessoas receberam a primeira aplicação da vacina, de acordo com dados reunidos pelo consórcio de veículos de imprensa junto a secretarias de 26 Estados e Distrito Federal.

Entre os mais de 141 milhões de vacinados, 79,31 milhões estão com a imunização completa contra o coronavírus, o que representa 37,18% da população total com a imunização completa contra o novo coronavírus. Nas últimas 24 horas, 1,5 milhão de pessoas receberam a segunda dose e outras 3,5 mil receberam um imunizante de aplicação única.

Na sexta, 33,7 mil pessoas receberam uma dose de reforço da vacina. Contando com Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e São Paulo, 267,4 mil brasileiros já foram "revacinados".

Somando todas as vacinas aplicadas, o Brasil administrou 2,26 milhões de doses nesta sexta-feira.

São Paulo tem 77,64% da população vacina com ao menos uma dose contra a covid e 49,13% já com a imunização completa (duas doses ou aplicação única). Os cinco Estados com a maior proporção de habitanques que já completaram o esquema vacinal são: Mato Grosso do Sul (51,41%), São Paulo, Rio Grande do Sul (43,25%), Espírito Santo (39,55%) e Paraná (37,91%).

Morte de adolescente em SP não foi causada por vacina da Pfizer, conclui estudo

A morte de uma adolescente de 16 anos em São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo, não foi causada pela vacina da Pfizer, aponta estudo feito por 70 especialistas e divulgado nesta sexta-feira, 17, pela Secretaria de Estado da Saúde. O diagnóstico apontou que a causa do óbito, sete dias após a jovem ser imunizada, foi uma doença autoimune, grave e rara, conhecida como Púrpura Trombótica Trombocitopênica (PPT).

Segundo comunicado divulgado pelo governo de São Paulo, a doença não tem "uma causa conhecida capaz de desencadeá-la" e "não há como atribuir relação causal" entre ela e as vacinas de RNA mensageiro, como é o caso da Pfizer. A adolescente morreu no último dia 7, exatamente uma semana após receber o imunizante da Pfizer.

"As vacinas em uso no País são seguras, mas eventos adversos pós-vacinação podem acontecer. Na maioria das vezes, são coincidentes, sem relação causal com a vacinação. Quando acontecem, precisam ser cuidadosamente avaliados", explica Eder Gatti, que coordenou esta investigação e atua no Centro de Vigilância Epidemiológica e no Instituto Emílio Ribas.

Dentre os 70 profissionais que participaram do diagnóstico, estavam especialistas em Hematologia, Cardiologia, Infectologia, médicos dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIEs) do Estado e representantes dos municípios de São Bernardo do Campo, Santo André e São Paulo. O Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) estadual também contribuiu para a análise. O caso da adolescente foi usado como uma das justificativas do Ministério da Saúde para recomendar a suspensão da imunização em adolescentes sem comorbidades na quinta-feira, 16. A própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), entretanto, manteve a recomendação de vacinação neste grupo, com base em evidências científicas avaliadas e aprovadas pelo órgão. Segundo o governo do Estado, a divulgação do caso foi feita de "forma intempestiva" pelo Ministério da Saúde e os resultados da análise serão submetidos à Anvisa.

Polícia Federal investiga fraudes no fundo Postalis

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem (17) a Operação Amigo Germânico. É para investigar "crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa, crimes contra o sistema financeiro nacional e corrupção" supostamente cometidos contra o Instituto de Previdência Complementar, fundo de pensão dos Correios (Postalis). Cerca de 44 policiais federais cumpriram 19 mandados de busca e apreensão pela Justiça Federal no Distrito Federal, Paraná e em São Paulo. Por determinação da justiça, foram bloqueados R$ 16 milhões dos investigados. O valor corresponde ao limite estimado de prejuízos causados ao Postalis.

(Foto: EBC)

Cerca de 44 policiais federais cumpriram 19 mandados de busca e apreensão.

"As investigações, em parceria com o Ministério Público Federal, apontam que foram criados quatro Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados - Fidc NP e, em seguida, diversos ativos do Postalis foram repre-cificados em valor diferente de zero, quando deveriam ter sido reavaliados a valor zero", informou, em nota a Polícia Federal. Segundo os investigadores, os prejuízos foram "previamente admitidos pelos alvos investigados". A situação acabou por agravar o cenário já deficitário do instituto. "Os alvos respaldaram seus atos em pareceres jurídicos elaborados por pessoas que possuíam interesse direto na indicação das empresas que, posteriormente, seriam escolhidas como gestora e administradora dos recursos dos Fidc NP", informou a PF.

Rio libera eventos para até 500 pessoas em locais abertos a partir do dia 21

A partir da próxima terça-feira, 21, a cidade do Rio poderá voltar a receber eventos em locais abertos para até 500 pessoas. Além disso, o público poderá voltar a frequentar ginásios e estádios de futebol, desde que com esquema vacinal completo. As medidas de flexibilização foram publicadas na edição de ontem, 17, do Diário Oficial do Rio.

A presença de público nos estádios estará permitida para pessoas que tiverem tomado as duas doses da vacina, com a segunda aplicação tendo ocorrida pelo menos 14 dias antes. Além disso, a capacidade de público estará limitada a 50%.

Outra opção é a solicitação de jogos em esquema de evento-teste, como aconteceu na partida entre Flamengo e Grêmio, quarta-feira, no Maracanã. Nesses casos, o público precisará apresentar exames de covid-19 feitos em laboratórios credenciados e será monitorado por até 15 dias depois do jogo.

Sobre isso, nesta sexta a prefeitura do Rio informou que acatou pedido do Vasco para que a partida diante do Cruzeiro, domingo, pela Série B, também seja realizada com público em esquema de evento-teste. O clube carioca, agora, espera liberação da CBF, que irá debater o tema à tarde em Conselho Técnico com os 20 clubes que disputam a competição.

Boates, danceterias e salões de dança, por sua vez, permanecem proibidos de funcionar "até que seja alcançado o índice de 65% da população do município com esquema vacinal completo, ocasião em que poderá funcionar com 50% da capacidade", diz o texto do decreto.

TCU suspende obras de aerotrem no aeroporto de Guarulhos

O Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu o termo aditivo do contrato de concessão entre a GRU Airport, concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos, e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), assinado no último dia 6, para a construção do Automated People Mover (APM).

O APM é um tipo de trem elevado que faria o transporte de passageiros entre os três terminais do aeroporto e a linha 13-Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Atualmente, essa baldeação precisa ser feita de ônibus.

De acordo com o ministro Vital do Rêgo, relator do processo, o TCU foi informado da assinatura do aditivo no último dia 3, e a assinatura ocorreu apenas três dias depois, no dia 6. "Assinalo que enviar comunicação informando que irá assinar aditivo em três dias, cuja formalização depende de avaliação deste TCU acerca de documentação que comprove a viabilidade do empreendimento, sem aguardar a manifestação deste Plenário, soa, no mínimo, imprudente", disse o relator na decisão de suspensão.

"Entendo que esse projeto pode apresentar relevância e prioridade, mas nada justifica esse atropelo e a total ausência de transparência por parte dos envolvidos", disse no despacho assinado ontem (15).

Na decisão, o TCU deu 15 dias para que o Ministério da Infraestrutura e a Anac manifestem-se sobre a ausência de estudos comparativos com outros sistemas de transporte que poderiam ser implementados no local. Também pediu a demonstração da etapa de pré-viabilidade e o alcance do interesse público para balizar a escolha do sistema APM.

O ministro relator solicitou ainda que sejam apresentados os resultados das análises das novas propostas de preços das empresas selecionadas para a implantação do projeto, eventuais alterações da matriz de riscos, bem como os impactos no reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão firmado com a GRU Airport.

Em nota, a Anac disse que sempre atua em colaboração com os órgãos de controle externo e prestará todas as informações e esclarecimentos necessários ao TCU.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

Fastpar Holding S.A.

CNPJ nº 11.613.136/0001-93

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro (Em R$ milhares)

ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
Ativo Circulante	**78.170**	**60.148**	**Passivo Circulante**	**1.100**	**1.325**
Caixa e equivalentes de caixa	80	99	Fornecedores	35	2
Tributos e contribuições a recuperar	91	88	Tributos e contribuições sociais	0	2
Partes relacionadas	67.866	-	Provisão para contingência	1.002	1.002
Lucros e dividendos a receber	10.134	49.820	Outras contas a pagar	63	318
Empréstimos à pessoas físicas	-	10.134	**Passivo Não Circulante**	204.975	120.589
Seguros a apropriar	-	7	Partes Relacionadas	105.864	91.693
Ativo Não Circulante	**554.764**	**275.359**	Dividendos a pagar	99.111	28.896
Partes relacionadas	61.851	52.987	**Patrimônio Líquido**	**426.859**	**213.592**
Depósitos judiciais	24	24	Capital Social	100.056	100.056
Investimentos	492.838	222.345	Reserva Legal	20.011	16.257
Imobilizado	45	3	Reservas de Lucros	306.791	97.280
Intangível	6	-			
Total do Ativo	**632.934**	**335.506**	**Total do Passivo**	**632.934**	**335.506**

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em R$ milhares)

	2020	2019		2020	2019
Lucro do exercício	**284.355**	**11.493**	**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**		
Itens que não afetam o caixa operacional			Redução de capital em coligada	-	1.604
Ajuste de exercícios anteriores	-	(1.604)	Transações com partes relacionadas	(51)	-
Encargos de empréstimos e financiamentos	4.796	9.069	Aquisição de ações de outras empresas	(121)	(135)
Resultado de equivalência patrimonial	(289.579)	(21.362)	Dividendos recebidos	1.161	2.115
Depreciação e amortização	4	37	**Caixa líquido das atividades de investimentos**	**989**	**3.584**
	(425)	**(2.366)**	**Fluxo de caixa das atividades de financiamentos**		
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais:					
Impostos a recuperar	(3)	(0)	Transações com partes relacionadas	511	(7.197)
Seguros a apropriar	7	(1)	Pagamento de dividendos	(874)	(880)
Empréstimos à pessoas físicas	-	-	**Caixa líquido das atividades de financiamentos**	**(363)**	**(8.077)**
Fornecedores	33	(134)	**Aumento/(redução) líquido de caixa**	**(20)**	**(6.994)**
Tributos e contribuições sociais	(2)	(1)	Caixa no início do período	99	7.093
Outras contas a pagar	(255)	0	Caixa no final do período	80	99
Caixa líquido das atividades operacionais	**(646)**	**(2.501)**	**Aumento/(redução) líquido de caixa**	**(20)**	**(6.994)**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em R$ milhares)

	2020	2019
Receita Líquida		
Gerais e Administrativas	(470)	(818)
Tributárias	(3)	(1)
Depreciações e Amortizações	(4)	(37)
Resultado de equivalência patrimonial	289.579	21.362
Total Despesas Operacionais	**289.103**	**20.505**
Lucro (Prejuízo) Operacional	289.103	20.505
Receitas Financeiras	75	60
Despesas financeiras	(4.823)	(9.072)
Resultado Financeiro	**(4.748)**	**(9.012)**
Lucro (Prejuízo) Antes do IR/CSLL	**284.355**	**11.493**
Imposto de Renda/Contribuição Social	-	-
Lucro Líquido	**284.355**	**11.493**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em R$ milhares)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31/12/18	**100.056**	**15.682**	**90.838**	**206.576**
Lucro do exercício	-	-	(1.604)	(1.604)
Constituição da reserva legal	-	-	11.493	11.493
Dividendos propostos	-	575	(575)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(2.873)	(2.873)
Saldo em 31/12/19	**100.056**	**16.257**	**97.280**	**213.592**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	284.355	284.355
Lucro do exercício	-	3.755	(3.755)	-
Constituição da reserva legal	-	-	(71.089)	(71.089)
Dividendos propostos	-	-	-	-
Saldo em 31/12/20	**100.056**	**20.011**	**306.791**	**426.859**

A Diretoria

Contador: **Mônica dos Santos Garrote** - CRC - 1SP273320/O-8

As Demonstrações Financeiras completas, contendo Notas Explicativas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2021**. TIPO MENOR PREÇO. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AÇÕES JUDICIAIS.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00 h do dia 01/10/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 20/09/2021. Orlândia, SP, 17 de Setembro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR - Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2021**. TIPO MENOR PREÇO. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 14:30 h do dia 01/10/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 20/09/2021. Orlândia, SP, 17 de Setembro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR - Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2021**. TIPO MENOR PREÇO. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DADOS, ATRAVÉS DE FERRAMENTA QUE PERMITE A CONSOLIDAÇÃO DOS BALANCETES CONTÁBEIS EM PADRÃO XML DO SISTEMA AUDESP (AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO) DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, VISANDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PADRONIZADAS QUE GARANTAM A PRESTAÇÃO DE CONTAS ÀS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO DA UNIÃO E DO ESTADO, ALÉM DE GERAÇÃO DE RELATÓRIOS E DEMONSTRATIVOS TÉCNICOS QUE PERMITAM O ACOMPANHAMENTO DAS METAS FISCAIS E INDICADORES DE GESTÃO FISCAL DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 14:30 h do dia 30/09/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 20/09/2021. Orlândia, SP, 17 de Setembro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR - Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2021**. TIPO MENOR PREÇO. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS, SOLVENTES E MICROESFERAS DE VIDRO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00 h do dia 30/09/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 20/09/2021. Orlândia, SP, 17 de Setembro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR - Prefeito Municipal.

ORLI AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ sob nº 56.306.616/0001-40 2 – NIRE 35203825496

Edital de Convocação

Convocamos as sócias da **Orli Agropecuária e Comércio Ltda.**, a reunirem-se em Reunião de Sócias, a realizar-se no dia 01 de outubro de 2021, às 14:30 horas, no endereço situado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1811 – 5º andar – conjunto 518, Jardim Paulistano – São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Análise e aprovação das avaliações dos bens patrimoniais da Orli Agropecuária e Comércio Ltda.; b) Outros assuntos de interesse geral. A matéria a ser discutida encontra-se à disposição dos sócios para análise no Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1811 – 5º andar, cjs 504 a 511, Jardim Paulistano – São Paulo – SP. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de todos os sócios com direito a voto e em segunda convocação, 1 (uma) hora após, com qualquer quórum presente na reunião. São Paulo/SP, 13 de setembro de 2021. Luzia Angelina Marino Orsolon - Sócia Administradora; Lise Regina Frigori Marino Millan - Sócia Administradora. (16, 17, 18)

CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

("Companhia") - CNPJ/ME nº 69.720.910/0001-45 - NIRE 35300362543

Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas a se reunirem em AGE, em 27/09/2021 às 16h, na sede da Companhia, com a seguinte ordem do dia: deliberar sobre proposta do Conselho de Administração quanto a (i) alteração do Artigo 1º do Estatuto Social, em razão do cancelamento de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários como emissor de valores mobiliários na categoria B; (ii) alteração do caput do Artigo 8º do Estatuto Social, em razão da desnecessidade de que o membro do Conselho de Administração seja acionista; (iii) grupamento da totalidade das ações da Companhia, na proporção de 22:1, com a consequente alteração do valor nominal das ações de R$ 1,00 (um real) para R$ 22,00 (vinte e dois reais); (iv) recompra, pela Companhia, das eventuais frações de ações restantes após a implementação do grupamento, para manutenção em tesouraria; (v) alteração do Artigo 6º do Estatuto Social, para refletir as alterações propostas nos itens (iii) e (iv) acima, e (vi) consolidação do Estatuto Social. SP, 17/09/2021. Presidente do Conselho de Administração.

HEALTHCARE CONSULTING SERVIÇOS MÉDICOS S/A

NIRE 35.300.470.176 – CNPJ n.º 10.172.974/0001-06

Edital de Convocação – Assembléia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a se realizar no dia 27 de setembro de 2021, às 10,00 horas em sua sede social à Cônego Eugênio Leite n.º 933, cj. 51, bairro Pinheiros, na Capital do Estado de São Paulo, CEP 05414-012, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020; b) Eleição da Diretoria e c) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 15 de setembro 2021. (a) A Diretoria. (17, 18, 21)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 059/21 – Objeto Registro de preços para eventual fornecimento de lajota cerâmica, telha kalhetão e viga treliçada, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**. CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS: **09:00 horas do dia 20/09/21 até às 09:00 horas do dia 30/09/21.** Abertura de Propostas Iniciais: **30/09/21 às 09:05 horas.** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou www.campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

DENIS ROBERTO BRAGHETTI
Secretário de Serviços Urbanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DO EDITAL

CONCORRÊNCIA: Nº 006/2021; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO TECNOLOGICA, DENOMINADO SOLUÇÃO DE ROBÓTICA EDUCACIONAL, CONTEMPLANDO O ATENDIMENTO NO SEGMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL, 2º E 3º ANOS, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO; **DATA DE ENCERRAMENTO:** 21 de Outubro de 2021, às 14:30 horas; **LOCAL:** Departamento de Licitações – Rua Joaquim Mourão, 289, Centro – Leme/SP; **DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** a partir de 20 de Setembro de 2021; **EDITAL:** Site: www.leme.sp.gov.br, Licitações - Concorrências.

Leme, 17 de Setembro de 2.021.

GUILHERME SCHWENGER NETO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

TOMADA DE PREÇOS N.º 006/21 – Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de recapeamento, drenagem e revitalização da Rua Antônio Farina – Jardim América, conforme cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária, memorial descritivo e projetos, anexos ao Edital, sob responsabilidade da Secretaria de Obras e Planejamento. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES**: até o dia 13/10/2021 às 10:00h e **ABERTURA DOS ENVELOPES**: na mesma data e horário. A retirada do Edital poderá ser feita pelo site www.campolimpopaulista.sp.gov.br – no link licitações, solicitado por e-mail nos endereços pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br ou ainda na Diretoria de Administração, situada na Av. Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro – Campo Limpo Paulista, das 11:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

EDMILSON GERALDO ROSA
Secretário de Obras e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2021
COMUNICADO

A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Divisão de Licitação e Contratos, COMUNICA a todos os interessados, a RETIFICAÇÃO DO EDITAL - ANEXO II e NOVA DATA de sessão de abertura e procedimento supra, para CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS EM UNIDADES DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - RAPS, constituindo-se conforme segue:

- Onde se lê:
5.1. Centro de Atenção Psicossocial Adulto - CAPS III

Atividade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ATIV.
Consulta médica com Psiquiatra	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	2880

- Leia-se:

Atividade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ATIV.
Total de Consulta médica em Psiquiatra	320	320	320	320	320	320	320	320	320	320	320	320	3840

- Onde se lê:
5.2. Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil - CAPS ij

Atividade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Consulta médica com Psiquiatra	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	2160
Consulta médica com Neurologista	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	720

- Leia-se:

Atividade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Total de Consulta médica em psiquiatra	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	2880
Total de Consulta médica em Neurologia	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	720

- Onde se lê:
5.3. Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS ad II

Atividade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Consulta médica com Psiquiatra	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	2880
Consulta médica com clínico	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	720

- Leia-se:

Atividade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Total de Consulta médica em psiquiatra	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120	1440
Total de Consulta com médico clínico	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	720

Na oportunidade informamos que a NOVA DATA de abertura dos envelopes dar-se-á as 09h30min do dia 05/11/2021, na sala de Licitação, Rua Coelho Neto, 73 - Araçatuba-SP.
O Edital e alterações encontram-se à disposição na Secretaria Municipal de Saúde à Rua Rio de Janeiro nº 300, Vila São Paulo, podendo ser retirado gratuitamente mediante apresentação de CD-ROM e ou no site www.aracatuba.sp.gov.br

SANDRA MARGARETH EXALTAÇÃO
Assessora Executiva da Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:
Nº: 083/2021 **- OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE INFANTIL - **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 04 de outubro de 2021, às 09:15 horas - **INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 04 de outubro de 2021, às 09:30 horas.
LEANDRO BASSINI - Secretário Municipal de Educação.
Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.bb.com.br, ou www.licitacoes-e.com.br. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA ABERTO JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:
Nº: 001/2021/SMA - **OBJETO:** SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO **- RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS:** até 13 de outubro de 2021, às 23:59h, junto à Secretaria Municipal de Administração, através do e-mail thamires.pacheco@suzano.sp.gov.br. Eventuais esclarecimentos pelo telefone (11) 4745-2103/(11) 4745-2104 ou pelo e-mail thamires.pacheco@suzano.sp.gov.br.
CINTIA RENATA LIRA DA SILVA - Secretária Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

Departamento de Licitações

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 150/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2021
PREGÃO Nº 020/2021
FORMA ELETRÔNICA
RESUMO DE EDITAL

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito de Pereira Barreto – SP, faz saber que se acha aberto até às **09h:00min** do dia **1º de outubro de 2021**, o Pregão Eletrônico nº 020/2021, do tipo menor preço por item, objetivando aquisição de 01 (um) Veículo 0km, de 07 lugares, 04 portas, ano/modelo mínimo 2021/2021; conforme especificações contidas nos anexos que integram o Edital.
Maiores informações no Dep. de Licitações pelo fone (18) 3704-8505 / 8569, ou pelos e-mails: luis.aguilar@pereirabarreto.sp.gov.br c/c: licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br., ou ainda o Edital completo no website: www.pereirabarreto.sp.gov.br

Pereira Barreto - SP, 17 de setembro de 2021.
João de Altayr Domingues
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

***** ADIAMENTO *****

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2021 (PMP 5359/2021)
Comunicamos o adiamento da licitação supra, que cuida de "aquisição de camisetas, uniformes e fardas para a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, pelo período de 12 meses", para análise das impugnações interpostas.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL 38º SUBDISTRITO DE VILA MATILDE

Bel. Amilton Navarro
OFICIAL

Faz saber que alterou o endereço do Cartório para a Rua Dr. José Paulo nº 104 - Chácara Seis de Outubro (Vila Matilde) - CEP 03509-040 - São Paulo - SP, onde passará a exercer as atividades.

Anvisa não recomenda mudar orientação sobre vacinação de adolescentes

Depois do Ministério da Saúde suspender a orientação de vacinação de adolescentes sem comorbidades contra a covid-19, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) emitiu comunicado em que diz não ver razão para mudar as condições aprovadas pelo órgão para a vacina da Pfizer/BioNTech.

"Com os dados disponíveis até o momento, não existem evidências que subsidiem ou demandem alterações da bula aprovada, destacadamente, quanto à indicação de uso da vacina da Pfizer na população entre 12 e 17 anos", diz a Anvisa.

Em junho deste ano, o imunizante teve o uso em pessoas com 12 anos de idade ou mais autorizado pela agência. A aplicação nesse público, em pessoas com e sem comorbidades, foi então indicada pelo Ministério da Saúde para iniciar quarta-feira (15). Mas a pasta voltou atrás sob argumentos de adotar cautela para esse público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021 - PROCESSO Nº 586/2021
EDITAL DE JULGAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO nomeada através da Portaria GP Nº 009/2021, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados, a CLASSIFICAÇÃO das propostas apresentadas pelas empresas participantes e habilitadas na licitação supra, destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA DA EMEB LAURO BITTENCOURT", conforme segue:

1) VIZAN CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, proposta: 1.459.380,56 (um milhão quatrocentos e cinquenta e nove mil trezentos e oitenta reais e cinquenta e seis centavos), 25,50% de desconto do valor estimado pela Prefeitura;
2) R. B. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, proposta: R$ 1.499.886,30 (um milhão quatrocentos e noventa e nove mil oitocentos e oitenta e seis reais e trinta centavos), 23,43% de desconto do valor estimado pela Prefeitura;
3) HMBF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, proposta: R$ 1.519.446,35 (um milhão quinhentos e dezenove mil quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos), 22,43% de desconto do valor estimado pela Prefeitura.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 17 de setembro de 2021.
CLAUDIR SANTOS LIMA - Divisão de Licitação e Contratos

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2021 - PROCESSO Nº 959/2021
EDITAL DE JULGAMENTO

A COMISSÃO ESPECIAL nomeada através da Portaria SMC Nº 02/2021, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados a HABILITAÇÃO DOCUMENTAL DEFINITIVA dos proponentes, referente à Chamada Pública supra, destinada ao "CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PRODUÇÃO DE AÇÕES E ATIVIDADES ARTÍSTICAS A SEREM EXIBIDAS EM PLATAFORMAS DIGITAIS PARA A REALIZAÇÃO DA MOSTRA VIRTUAL DE ARTE: ARTE EM CASA II", conforme segue:

Após análise individual dos recursos interpostos, a Comissão, em observância ao princípio da isonomia, decide negar-lhes provimento, mantendo a decisão de inabilitação dos recorrentes Paulo José Sebastião, João Gabriel da Cruz Menezes, Tshaya Lays Martins Batista, Davi Felipe Martins Silva, Antônio César Menezes, Cristiano Balieiro Valentim Moreira, Arlindo Antônio dos Santos Neto, Nayra Galvão de Lima, Hugo Lopes de Mello. Desta maneira, a Comissão decide HABILITAR os artistas: Fernanda Colli, portadora do CPF nº 350.905.598-56, Angelo Antônio Moreno Borges, portador do CPF nº 203179.798-09, Adrielle Cristina Ferreira dos Reis, portadora do CPF nº 446.538.628-18, Ana Paula Ribeiro Ferreira, portadora do CPF nº 136.991.848-89, Bruno Henrique Torresan de Carvalho, portador do CPF nº 359.274.608-10, Débora Nascimento Bessone, portadora do CPF nº 420.883.969-61, Karolini Siriani Montanholi, portadora do CPF nº 431.124.668-45, Paula Liberati Aliandro Barros, portadora do CPF nº 226.559.528-47, José Valentim da Silva, portador do CPF nº 705.834.808-10, Caique Teruel de Paula, portador do CPF nº 437.145.948-09, Flávia Maria Wolffowitz, portadora do CPF nº 022.049.138-04, Caio Teruel de Paula, portador do CPF nº 448.798.008-99, Bruna Aparecida Moura Siqueira Rogério, portadora do CPF nº, 339.087.318-01, Gabriel Goulart Matos, portador do CPF nº 236.358.368-00, Amanda Rugiani Pinto, portadora do CPF nº 455.500.138-94, Flávia Nascimento dos Santos, portadora do CPF nº 439.403.498-10, Michel Eugênio, portador do CPF nº 385.414.928-00, Magali Viana da Cruz Batista, portadora do CPF nº 117.380.418-83, Talita Nayla Rustichelli, portadora do CPF nº 309.345.498-00, Bruna Bruno dos Santos, portadora do CPF nº 218.591.648-38, Eliane Martos Pessoa, portadora do CPF nº321.500.708-80, Luana Rafaela Fermino de Carvalho, portadora do CPF nº 308.894.318-92, Milena Paloma de Queiroz, portadora do CPF nº 462.551.438-05, Melissa Alexandre Zaide, portadora do CPF nº 508.198.338-19, Stella Maris Mayumi Inada Itavo, portadora do CPF nº 095.673.618-19, Malaquias Rodrigues da Mota Neto, portador do CPF nº 457.151.748-30, Daniela Cardoso Parra de Souza, portadora do CPF nº 409.512.958-10, Ricardo Barbosa de Novais, portador do CPF nº 095.494.458-52, Denise Figueira Vaz, portadora do CPF nº 158.039.518-03, Vergílio Trevisan, portador do CPF nº 335.117.548-20, João Gabriel Avanso, portador do CPF nº 354.698.738-11, Carla Regina Silva Rodrigues, portadora do CPF nº 214.58.848-05, Amanda Alves Proietti, portadora do CPF nº477.728.688-63, Gabriela Silva Reis, portadora do CPF nº 402.690.098-33, Albertina Saraiva Vicente, portadora do CPF nº 158.089.868-85, Larissa Rufato Deangeles, portadora do CPF nº 383.539.798-29, Paulo Roberto Ribeiro Santana, portador do CPF nº 233.390.858-03, Daniela Felipini Pedroza, portadora do CPF nº 407.099.128-03, Tânia Aparecida Antunes, portadora do CPF nº 083.057.368-22, Maria Fernanda Carolina da Mata Souza Lima, portadora do CPF nº 382.036.768-39, Solange Teresa de Souza Nogueira, portadora do CPF nº 293.938.618-89, Thaiana Vieira Pinho, portadora do CPF nº 458.147.638-09, Mayra Andressa D'Ellia Fornari, portadora do CPF nº 321.026.418-05, Alicy Cristina Genari Breda, portadora do CPF nº 353.341.798-01, Josyanne Martins Gomes Viana, portadora do CPF nº 013.763.106-51, Cleber Ribeiro Souza, portador do CPF nº 283.279.808-07, Neusa Francisca Pereira, portadora do CPF nº 267.502.478-30, Sarita Del Pino, portadora do CPF nº 365.958.118-63, Vinícius Vieira Forato, portador do CPF nº 317.369.118-05, Ana Cláudia Franco Sandoval Lonardone, portadora do CPF nº 203.217.638-66, Kelly Cristina de Oliveira Melo, portadora do CPF nº 313.470.198-71 e Roberto Teixeira Junior, portador do CPF nº 318.631.558-13, por atenderem o item 3 do edital.
A Comissão informa que será realizado o sorteio para definir o ordenamento a ser observado no banco de credenciados no dia 20 de setembro de 2021 às 9h no Teatro Castro Alves, sito à Rua Duque de Caxias, 29. O sorteio será aberto ao público, cumpridas as medidas de segurança e distanciamento social.

Luís Cláudio da Silva Benedito Júnior - Presidente da Comissão Especial de Análise e Habilitação
Juliany Berti - Membro da Comissão Especial de Análise e Habilitação
Vanessa Cristina Manarelli de Barros Rocha - Membro da Comissão Especial de Análise e Habilitação
Renata Ribeiro de Lima - Membro da Comissão Especial de Análise e Habilitação
Marivan Teles Santana - Membro da Comissão Especial de Análise e Habilitação

Zodiac Produtos Farmacêuticos S.A.

CNPJ/ME 55.980.684/0001-27 - NIRE 35.300.131.215
Companhia Fechada
Assembleia Geral Extraordinaria Realizada em 30 de Junho de 2021

1. Data, Hora e Local: 30/06/2021, às 10hs, reuniram-se, na sede da Companhia, no município de Pindamonhangaba/SP, na Rodovia Vereador Abel Fabrício Dias, nº 3.400, Água Preta, CEP 12.403-610. **2. Presença:** Acionistas detentores da totalidade das ações de emissão da Companhia, conforme a lista de presença constante no Livro de Presença da Companhia e na Lista de Presença constante do **Anexo I** a presente ata. **3. composição da Mesa:** Sr. Andrés Martin Bavosi Bazzano - Presidente; Sr. Alexandre Augusto Maia Seraphim - Secretário. **4. Convocação:** Dispensada. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5° do Estatuto Social; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** As acionistas detentoras da totalidade do capital social, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram: **6.1.** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumario, como faculta o artigo 130 §1°, da LSA; **6.2.** Considerando que o capital social da Companhia se encontra totalmente subscrito e integralizado, aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 37.514.000,00, mediante aporte em moeda corrente, com a emissão de 416.822,222 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R$ 90,00, por lote de 1.000 ações a serem totalmente subscritas e integralizadas até 31/12/2021, por suas acionistas, a Zodiac International Corporation e a Route International Corporation, na proporção das suas participações acionárias, conforme boletim de subscrição anexo à presente ata **(Anexo II),** passando o capital social da Companhia de R$ 255.121.948,93 para R$ 292.635.948,93 dividido em 3.023.073.232 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **6.3.** Em consequência do deliberado no item 6.2. acima, alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5° O capital social é de R$ 292.635.948,93 totalmente subscrito e parcialmente integralizado, dividido em 3.023.073.232 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal".* **6.4.** Permanecer inalterados os demais dispositivos estatutários não alterados na presente assembleia. **6.5.** Consolidar o Estatuto Social da Companhia, de acordo com a alteração aprovada nesta assembleia, conforme constante do **Anexo III** da presente ata, tendo em vista uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, sendo dispensada a publicação integral**. 7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada é assinada por todos os presentes. Pindamonhangaba/SP, 30/06/2021. **Mesa:** Andrés Martin Bavosi Bazzano (Presidente) e Alexandre Augusto Maia Seraphim (Secretário). Acionistas Presentes: Zodiac International Corporation (p.p. *Andrés Martin Bavosi Bazzano)* e Route International Corporation (p.p. *Andrés Martin Bavosi Bazzano).* Certifico que a presente ata é transcrição fiel da Ata de AGE da Zodiac Produtos Farmacêuticos S.A. lavrada em livro próprio, após lida, conferida e aprovada por unanimidade e assinada, em 3 vias do mesmo teor, para todos os efeitos legais, inclusive arquivamento na Junta Comercial. **Andrés Martin Bavosi Bazzano,** Presidente; **Alexandre Augusto Maia Seraphim,** Secretário. **JUCESP** nº 349.177/21-1 em 16/07/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA

AVISO DE LICITAÇÃO – REPUBLICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021: Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de construção de Pista de Skate, a ser realizada na Praça Ernesto Zamboni, localizada na Rua Benedicto Prata, entre as Avenidas Ercídio Morato e Victório Rosolen, na quadra completada pela Rua Luiz Leme de Andrade, Bairro Altos de Ipeúna, neste Município; Entrega Envelopes: até às 09h30 do dia 6/10/2021; Abertura: às 10h00 do dia 6/10/2021; Prazo para realização de visita técnica: até 5/10/2021; Prazo para realização de cadastro CRC: até 30/9/2021. O edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua 01, 275 – Centro, Ipeúna/SP, no horário das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30, em dias úteis ou na página: http://transparencia.ipeuna.sp.gov.br/Compras-033 (Portal da Transparência - Lei de Acesso à Informação), telefone (19) 3576-9007 ou licitacao@ipeuna.sp.gov.br. Ipeúna, 16/9/2021. Diego Heron Pinheiro - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/21 – Objeto: Licença de uso de software para modernização da administração tributaria municipal, com a contratação de empresa capacitada para o fornecimento de sistema informatizado dos serviços de gestão eletrônica, organização, controle e fiscalização de tributos municipais que operem em ambiente web, incluindo implantação, conversão do banco de dados legado, treinamento e suporte técnico, a serem executados conforme instruções e diretrizes do termo de referencia, conforme detalhamento constante do Anexo I deste Edital. O encerramento dar-se-á em **30 de setembro de 2021, às 09:00 horas**. O Edital estará disponível na íntegra, sem custos, no site www.campolimpopaulista.sp.gov.br ou ainda retirá-lo na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 11 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, com custo de R$ 20,00 (vinte reais), de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

Fábio Ferreira da Silva
Secretário de Finanças e Orçamento

EDITAIS DE CASAMENTOS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL 24º SUBDISTRITO DE INDIANÓPOLIS

Iracema Boquetti Merola
OFICIAL
Faz saber que pretendem se casar e apresentam os documentos exigidos por lei

MARCOS PAULO GOUVEIA DE OLIVEIRA, nascido em Taubaté, SP, aos 21/07/1989, médico, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Nestor Estefano de Oliveira e Léa Maria de Mello Gouveia Matos de Oliveira. VIVIANNE CAIXETA MONTEIRO, nascida em Ceres, GO, aos 14/08/1992, médica, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Elias de Padua Monteiro e Vivian de Faria Caixeta Monteiro.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Queiroga: Em breve, nós teremos essa desobrigação de usar máscara

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou quinta-feira, 16, que, em breve, haverá a desobrigação do uso de máscaras no País. Segundo o presidente Jair Bolsonaro, a portaria deve ser editada "brevemente".

"Em breve, nós teremos essa desobrigação de usar máscaras. Quem quer usar máscaras, usa. Mas essa mania de querer criar lei para tudo... Daqui a pouco tem uma lei para obrigar as crianças irem para a escola vacinadas. Não precisa de vacina para ir para a escola", disse Queiroga em transmissão ao vivo nas redes sociais ao lado do presidente Jair Bolsonaro. "À medida que o cenário epidemiológico melhore", acrescentou o ministro. Em um novo ataque às vacinas, Bolsonaro declarou ainda que ele, sem se vacinar, está com mais imunidade do que quem tomou Coronavac. "Não tem comprovação científica", atestou Bolsonaro, disparando críticas ao prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), que resolveu obrigar servidores públicos a se vacinarem. "Quem tomou Coronavac, complicou." A Anvisa, contudo, concedeu autorização de uso emergencial para a Coronavac.

Queiroga ainda garantiu que não faltarão doses de vacinas para a população brasileira. No entanto, foi registrado nos últimos dias um "apagão" de imunizantes da AstraZeneca, o que levou Estados como São Paulo a utilizar Pfizer em cidadãos com a segunda dose de Oxford atrasada.

Bolsonaro diz que deve defender tese do marco temporal em discurso na ONU

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que deve defender a tese do marco temporal em seu discurso na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), marcado para a próxima terça-feira.

"O marco temporal é perigo para a segurança alimentar do Brasil e do mundo", voltou a dizer Bolsonaro, em transmissão ao vivo nas redes sociais. "Eu devo dizer algo nessa linha", complementou. De acordo com o chefe do Planalto, seu discurso será "tranquilo e objetivo". É uma tradição o presidente brasileiro ser responsável pela abertura do evento. O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, presente na "live" de hoje, também irá à ONU.

O julgamento do marco temporal no Supremo Tribunal Federal (STF) foi interrompido por tempo indeterminado após um pedido de suspensão pelo ministro Alexandre de Moraes. Se a tese for ratificada, uma terra indígena só pode ser demarcada se ficar comprovado que os índios estavam naquele território na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. O presidente Jair Bolsonaro defende a consolidação desse entendimento.

Nas contas de Bolsonaro, se a tese do marco temporal for derrubada, a proporção de terras indígenas no País vai saltar de 13% para 26% do território nacional. "Tem gente lá fora pressionando por um novo marco temporal, ou seja, para demarcar mais uma área equivalente aos países de Alemanha e Espanha juntos", afirmou o presidente na Live de hoje, referindo-se à possibilidade do STF liberar os indígenas de comprovar a ocupação das terras em 1988.

Denúncia anônima e relatório do Coaf determinaram prisão de prefeito de Guarujá

A operação que prendeu nesta semana o prefeito de Guarujá (SP), Válter Suman (PSDB), teve como ponto de partida um relatório do antigo Conselho de Controle de Atividades Financeira (Coaf) que apontou movimentações financeiras suspeitas envolvendo a organização social Pró Vida, contratada pelo município no litoral paulista para administrar unidades públicas de saúde. O Coaf detectou movimentações incompatíveis com o faturamento da OS.

Em outra frente, uma denúncia anônima acusou a existência de uma suposta organização criminosa que seria liderada pelo prefeito e operada por Almir Matias da Silva, apontado como dono oculto da Pró Vida, para cobrar e receber propinas em contratos celebrados pela administração municipal. O dinheiro seria desviado em benefício do próprio tucano, de seus secretários e de vereadores da cidade, segundo a notícia-crime. A denúncia narra que o suposto esquema era operado através de fraudes nas contratações ou de dispensa indevida de licitação, além do superfaturamento, inexecução de serviços e emprego de funcionários fantasmas.

As suspeitas levantadas estão sendo investigadas pela Polícia Federal desde agosto do ano passado. Isso porque há suspeita de desvio de verbas repassadas pela União, inclusive para o enfrentamento da pandemia de covid-19, o que atraiu a competência para a esfera federal. O Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou irregularidades em pelo menos quatro contratos firmados pela prefeitura na crise do novo coronavírus.

O inquérito apontou que o tucano vem pagando boletos de joalheria em espécie. Os investigadores também apuram se ele comprou um apartamento de luxo e registrou no nome do secretário de Desenvolvimento Econômico e Portuário, Rogério Rudge Lima Netto, com posterior 'contrato de gaveta' entre os dois. O imóvel foi vendido por R$ 1,5 milhão. Na campanha do ano passado, quando disputou a reeleição, o prefeito declarou bens no valor de R$ 573 mil.

A PF também suspeita que a mulher dele declarou a compra de um imóvel por R$ 470 mil, metade do valor de mercado, e que ela 'gasta vultuosas quantias, de proveniência ilícita, em roupas e joias de preços exorbitantes'. Na quarta-feira, 15, a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão para aprofundar a investigação. Ao pedir autorização para cumprir as diligências, os investigadores disseram ver 'fundadas razões' que apontam para os crimes.

Na decisão que deu sinal verde para a abertura da operação, o desembargador Nino Toldo, do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, em São Paulo, disse que a investigação é 'complexa' e demanda medidas cautelares.

"Assim, tem razão a autoridade policial quando argumenta que as condutas que se busca apurar são graves e têm sido cometidas de maneira reiterada pela suposta organização, demandando, assim, medidas assecuratórias diversas como único meio de prosseguir com as investigações", escreveu.

O desembargador também autorizou o bloqueio de bens de uma empresa sob suspeita, mas se negou a decretar a prisão temporária dos investigados, como pedia a PF.

Entenda o caso - O prefeito de Guarujá (SP), Válter Suman (PSDB) e o secretário municipal de Educação, Marcelo Nicolau, foram presos pela Polícia Federal nesta quarta-feira, 15, em uma operação que mirou suspeitas de desvios de recursos na rede pública de saúde da cidade localizada a cerca de cem quilômetros da capital paulista. O blog apurou que eles foram levados ao Centro de Progressão Penitenciária de São Vicente.

A PF havia cumprido mandados de busca e apreensão autorizados pelo desembargador Nino Toldo, do Tribunal Regional Federal da 3 ª Região, em São Paulo.

Conselhos de secretários de Saúde defendem vacinação de adolescentes

A Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIM) e os conselhos Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) se posicionaram quinta-feira (16) pela continuidade da vacinação contra a covid-19 de adolescentes sem comorbidades.

As posições foram divulgadas em resposta à decisão do Ministério da Saúde de suspender a imunização desse público, mantendo apenas a aplicação de doses para pessoas entre 12 e 17 anos de idade com comorbidades, anunciada hoje.

Em nota, a SBIM afirmou que a medida gera receio na população e abre espaço para fake news. A entidade questionou as justificativas apresentadas pelo governo federal para rever a orientação.

Quanto à orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), a sociedade lembrou que o grupo de especialistas da instituição considera que vacinas de RNA mensageiro, como a da Pfizer/BioNTech, são adequadas para pessoas a partir dos 12 anos de idade.

A SBIM acrescentou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o uso da vacina da Pfizer/BioNTech em pessoas com 12 a 17 anos de idade, incluindo os sem comorbidades.

"De acordo com o Ministério da Saúde, foram registrados 1.545 eventos adversos entre os 3.538.052 adolescentes vacinados no Brasil até o momento (0,043%). Erros de imunização respondem pela absoluta maioria (93%)", diz a nota.

Secretários de Saúde - O Conass e o Conasems, em nota, lamentaram as decisões do Ministério da Saúde. Os órgãos defenderam a autorização dada pela Anvisa e o uso em diversos países e disseram que a decisão do ministério foi tomada "unilateralmente e sem respaldo científico".

"Enquanto executores desta importante política pública, Conass e Conasems, baseados nos atuais conhecimentos científicos, defendem a continuidade da vacinação para a devida proteção da população jovem, sem desconsiderar a necessidade de priorizar neste momento dentre os adolescentes, aqueles com comorbidade, deficiência permanente e em situação de vulnerabilidade", conclui a nota.

Covid-19: ministro destaca eventos adversos em adolescentes vacinados

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse que uma série de motivos pesaram para que a pasta resolvesse revisar a recomendação e suspender a vacinação de adolescentes sem comorbidades.

Segundo Queiroga, foram identificados 1,5 mil eventos adversos em adolescentes imunizados. Todos eles foram de grau leve. Foi notificado um caso de morte de um jovem em São Paulo, mas o episódio ainda está sendo investigado para avaliar se a causa foi o imunizante.

O ministro reclamou que, a despeito da orientação anterior para que a imunização deste público tivesse início quarta-feira (15), já foram vacinados 3,5 milhões de adolescentes por autoridades locais de saúde.

Ele acrescentou que houve diversos casos de prefeituras que aplicaram vacinas não autorizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A agência só permitiu o uso da Pfizer/BioNTech para adolescentes de 12 a 17 anos. Nos registros do Ministério da Saúde, entretanto, dados enviados pelos estados mostram este público sendo imunizado com outras vacinas. "Em relação aos subgrupos, as evidências estão sendo construídas. O NHS [SUS do Reino Unido] restringiu a vacinação nos adolescentes sem comorbidades. Aqueles que já tinham sido imunizados com 1ª dose se recomendou parar por ali", disse Queiroga.

(Foto: EBC)

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

A secretária extraordinária de enfrentamento à covid-19, Rosana Leite, mencionou também orientação da Organização Mundial de Saúde sobre o assunto. "A OMS não recomenda, mas sugere que pode se pensar [na vacinação de adolescentes] a partir do momento que tenha vacinado toda a população, principalmente as mais vulneráveis, com duas doses", disse. Perguntados se a suspensão da vacinação teria relação com a falta de vacinas, os representantes do ministério descartaram essa hipótese e afirmaram que não há problema de abastecimento de doses no país. "Não falta vacina. Será que elas foram utilizadas de forma inadvertida? Provavelmente", sugeriu a secretária Rosana Leite.

Para especialistas, máscara e vacina contiveram Delta

Desde que imagens de cremações coletivas na Índia e o descontrole da pandemia de covid-19 causado pela Delta ganharam o mundo, pesquisadores, gestores e profissionais da linha de frente estão em alerta para os impactos no Brasil dessa variante do coronavírus, que é mais transmissível. Quatro meses após os primeiros registros da mutação do Sars-CoV-2 no País, especialistas dizem que ainda é cedo para dizer que a ameaça foi vencida, mas avaliam que o avanço da vacinação e a manutenção das máscaras têm retardado, por enquanto, a disseminação.

Na Europa, nos Estados Unidos e em Israel, a variante Delta provocou alta de internações e freou planos de reabertura econômica. Estudos já mostraram que uma dose das vacinas da Pfizer e da AstraZeneca, por exemplo, é insuficiente para proteger contra a cepa, mas duas injeções têm eficácia. Os primeiros casos da Delta no Brasil foram detectados na tripulação de um navio de Hong Kong ancorado no Maranhão em maio Até o dia 4 de setembro, o Brasil registrou 3.290 casos, em 21 Estados.

O virologista Fernando Spilki, professor da Universidade Feevale e coordenador da Rede Corona-ômica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), explica que mais de um fator fez com que um novo colapso, como o causado pela variante Gama - também mais transmissível e identificada originalmente em Manaus - não ocorresse no Brasil. "Por enquanto, é uma conjunção entre a imunidade dada pela vacina, que é uma imunidade recente, algo muito relevante, porque sabemos que tem uma tendência de queda da imunidade protetora com o passar do tempo, e o surto de proporções estrondosas no primeiro semestre com Gama, que pode ter causado uma imunidade também", explica. Entre março e maio, o Brasil chegou a ser o epicentro da pandemia no mundo, com superlotação de UTIs, falta de oxigênio hospitais e remédios e escalada de óbitos.

Mesmo que a vacinação tenha sido iniciada com atraso em relação aos outros países, o ritmo acelerado de imunização com as doses disponíveis acaba sendo um diferencial do Brasil em relação a outros países que ainda enfrentam entraves para a vacinação da população, que incluem até a baixa adesão por hesitação vacinal. É o caso dos Estados Unidos, onde uma nova onda do vírus tem aproximado o balanço diário de vítimas de 2 mil registros.

No entanto, apesar de o Sistema Único de Saúde (SUS) ter a capacidade de vacinar em locais remotos e em grandes centros, a adesão ao esquema vacinal completo precisa ser intensificada e, com a alta transmissibilidade da Delta, é possível que os índices de vacinação para que a população esteja mais protegida contra a doença tenham de ser mais altos do que o que era imaginado. "A gente evoluiu mais rápido para a segunda dose. Ter 30% a 40% da população totalmente vacinada não explica completamente o que vem acontecendo com a Delta, mas tem um efeito. Mas este é um limite que exige cautela e precisa evoluir", alerta Spilki.

Para João Gabbardo, coordenador Executivo do comitê científico que assessora o governo paulista, a vacinação teve impacto importante para evitar uma explosão de casos, assim como o fato de o País ainda manter a obrigatoriedade do uso de máscaras e de distanciamento social. "O Brasil, diferentemente de outros países, não tinha dispensado o uso de máscaras e liberado aglomerações. Os outros países festejaram antes da hora, comemoraram o gol antes de terminar o jogo." O governador João Doria (PSDB) já sinalizou que pretende manter a exigência da proteção facial até o fim do ano.

Governo de SP informa que seguirá vacinando adolescentes

O governo de São Paulo manteve a posição expressa na tarde de quinta-feira, 16, de que continuaria com a vacinação contra covid de adolescentes de 12 a 17 anos, mesmo após o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, recomendar o contrário. De acordo com dados divulgados pelo governador João Doria (PSDB), cerca de 72% dos adolescentes do Estado foram vacinados, e a recomendação da Saúde de suspender a aplicação do imunizante causa "apreensão e insegurança em milhões de adolescentes e suas famílias".

Notas reforçando a posição do governador paulista foram sendo divulgadas ao longo da tarde. Iguais em conteúdo, os comunicados adicionavam pequenas informações à postura adotada pela gestão paulista.

Na primeira, antes das falas de Queiroga em coletiva, o governo declarava apenas que a decisão da Pasta ia na "contramão de autoridades sanitárias de outros países", mais tarde, após coletiva de imprensa onde o ministro reforçou o pedido para que fosse interrompida a vacinação de adolescentes, o governo repetiu a nota adicionando a informação de que decisão também ia "na contramão da orientação do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass)". Também foi adicionada a informação de que a aplicação das vacinas em adolescentes seguia a recomendação do Comitê Científico do Estado. Em nota emitida pelo Ministério da Saúde, foi recomendada a suspensão da aplicação das vacinas aos adolescentes sem comorbidades que, pelo calendário nacional, teria início ontem. De acordo com o órgão, a revisão prevê que a imunização prossiga apenas para adolescentes que apresentem deficiência permanente, comorbidades ou que estejam privados de liberdade.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676